



EMENTÁRIO 2014



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADORIA-GERAL



CENTRO DE ESTUDOS

Nº 01 – Ano 2015

cestudos@pge.pa.gov.br

O Centro de Estudos realizou o levantamento da legislação estadual publicada em 2014, ano em que foram sancionados 821 textos legais. Dentre estes, registram-se Emendas Constitucionais (0,7%), Leis Complementares (1%), Leis Ordinárias (38%), Decretos Legislativos (0,6%), Decretos (9%), Portarias (15%), Instruções Normativas (30%) e Resoluções (5%). O quadro abaixo detalha os textos legais publicados em 2014:

TIPO	QUANT.
Emendas Constitucionais	6
Leis Complementares	10
Leis Ordinárias	315
Decretos Legislativos	5
Decretos	74
Portarias	121
Instruções Normativas	244
Resoluções	46

Toda essa legislação (ementário abaixo) foi inserida na base ARQLEG do Centro de Estudos e está disponível para consulta.

EMENDAS CONSTITUCIONAIS

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 58, DE 11 DE JUNHO DE 2014

Altera a redação do inciso I do art. 92, da Constituição do Estado do Pará.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 59, DE 11 DE JUNHO DE 2014

Acrescenta o § 3º ao art. 179, da Constituição do Estado do Pará, dispondo sobre a apresentação, em sessão pública, do Relatório Anual das Atividades do Ministério Público, e o respectivo planejamento de ações e necessidades.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 60, DE 11 DE JUNHO DE 2014

Dispõe sobre o Controle de Constitucionalidade.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 61, DE 11 DE JUNHO DE 2014

Altera e acrescenta dispositivo à Constituição Estadual, tornando de execução obrigatória a programação constante da lei orçamentária anual.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 62, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.

Altera o §1º e o caput do art. 310 e o art. 338 da Constituição do Estado do Pará.

LEI COMPLEMENTAR Nº 090, DE 9 DE JANEIRO DE 2014

Dispõe sobre a transformação de cargos de Promotor de Justiça no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 091, DE 13 DE JANEIRO DE 2014

Altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 054, de 7 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre a reorganização da Defensoria Pública do Estado do Pará e da carreira de seus Membros e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 092, DE 14 DE JANEIRO DE 2014

Extingue o Instituto de Previdência da Assembleia Legislativa do Estado do Pará - IPALEP, cria o Plano de Seguridade Social dos Parlamentares, e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 093, DE 15 DE JANEIRO DE 2014

Altera e acrescenta dispositivos na Lei Complementar nº 053, de 7 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre a organização básica e fixa o efetivo da Polícia Militar do Pará - PMPA, e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 094, DE 4 DE ABRIL DE 2014

Estabelece a política de remuneração da autoridade policial de que trata o art. 30 da Lei Complementar nº 022, de 15 de março de 1994.

LEI COMPLEMENTAR Nº 095, DE 4 DE ABRIL DE 2014

Dispõe sobre a incorporação do abono salarial ao vencimento base dos Agentes da Autoridade Policial, dos Técnicos de Polícia e dos Auxiliares Técnicos de Polícia de que trata a Lei Complementar nº 022, de 15 de março de 1994, e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 096, DE 16 DE JULHO DE 2014

Altera o § 1º do art. 4º da Lei Complementar nº 092, de 14 de janeiro de 2014, que extingue o Instituto de Previdência da Assembleia Legislativa do Estado do Pará - IPALEP, cria o Plano de Seguridade Social dos Parlamentares.

LEI COMPLEMENTAR Nº 092, DE 14 DE JANEIRO DE 2014

Extingue o Instituto de Previdência da Assembleia Legislativa do Estado do Pará - IPALEP, cria o Plano de Seguridade Social dos Parlamentares, e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 054, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2006*- REPUBLICAÇÃO

Dispõe sobre a reorganização da Defensoria Pública do Estado do Pará e da Carreira de seus Membros e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 097, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014

Altera a redação do “caput” do art. 10 da Lei Complementar Nº 057, de 6 de julho de 2006, (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará), para assegurar a elegibilidade passiva dos Promotores de Justiça ao Cargo de Procurador-Geral de Justiça.

LEIS ORDINÁRIAS

LEI nº 6.017, de 30 de dezembro de 1996 (Publicada em 15 de janeiro de 2014)

Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA.

LEI Nº 7.781, DE 2 DE JANEIRO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Moradores e Produtores Rurais da Vila Monte Sinai - AMPRUVIMS e dá outras providências.

LEI Nº 7.782, DE 9 DE JANEIRO DE 2014

Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores do Grupo Ocupacional de Fiscalização em Defesa e Inspeção Agropecuária - FDIA e do Grupo Ocupacional de Suporte Administrativo e Apoio à Defesa Agropecuária - SAA/DA, que integram a Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará -ADEPARÁ, e dá outras providências.

LEI Nº 7.783, DE 9 DE JANEIRO DE 2014

Altera o art. 3º da Lei nº 6.626, de 3 de fevereiro de 2004, que dispõe sobre o ingresso na Polícia Militar do Pará - PMPA, e dá outras providências.

LEI Nº 7.784, DE 9 DE JANEIRO DE 2014

Altera e revoga dispositivos na Lei Estadual nº 5.162-A, de 16 de outubro de 1984, que dispõe sobre o ingresso e promoções nos Quadros de Oficiais de Administração (QOA) e de Oficiais Especialistas (QOE).

LEI Nº 7.785, DE 9 DE JANEIRO DE 2014

Dispõe sobre a reestruturação da Loteria do Estado do Pará - LOTERPA e dá outras providências.

LEI Nº 7.786, DE 9 DE JANEIRO DE 2014

Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 6.308, de 17 de julho de 2000, e dá outras providências.

LEI Nº 7.787, DE 9 DE JANEIRO DE 2014

Altera a Lei nº 5.980, de 19 de julho de 1996, que dispõe sobre as entidades qualificadas como Organizações Sociais.

LEI Nº 7.788, DE 9 DE JANEIRO DE 2014

Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 6.829, de 7 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre a carreira do Grupo Ocupacional Perícia Técnico-Científica do Centro de Perícias Científicas “Renato Chaves”.

LEI Nº 7.789, DE 9 DE JANEIRO DE 2014

Institui a concessão de benefícios eventuais em decorrência de situação de vulnerabilidade temporária, de calamidade pública e de situação de emergência, nos termos da Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social, no âmbito do Estado do Pará.

L E I N° 7.790, DE 9 DE JANEIRO DE 2014

Altera o inciso III e o § 7º, do art. 28 da Lei Estadual nº 6.969, de 9 de maio de 2007.

L E I N° 7.791, DE 14 DE JANEIRO DE 2014

Denomina Deputado “José Alfredo Hage” a Rodovia Estadual PA-255, que liga o Município de Monte Alegre ao Município de Santarém (Porto de Santana do Tapará), Estado do Pará.

L E I N° 7.792, DE 14 DE JANEIRO DE 2014

Dispõe sobre a alteração das Leis Estaduais nºs 6.831, de 13 de fevereiro de 2006, e 6.919, de 19 de outubro de 2006.

L E I N° 7.794, DE 14 DE JANEIRO DE 2014

Dispõe sobre a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade Socioeducativa.

L E I N° 7.795, DE 14 DE JANEIRO DE 2014

Dispõe sobre a criação do Gabinete Militar no Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará e dá outras providências.

L E I N° 7.796, DE 14 DE JANEIRO DE 2014

Dispõe sobre o Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração dos Servidores do Departamento de Trânsito do Estado do Pará - DETRAN/PA, e dá outras providências.

L E I N° 7.797, DE 14 DE JANEIRO DE 2014

Estima a Receita e fixa a Despesa do Estado do Pará para o exercício financeiro de 2014.

LEI N° 7.798, DE 15 DE JANEIRO DE 2014

Altera e revoga dispositivos da Lei nº 5.250 e da Lei nº 5.249, ambas de 29 de julho de 1985, que dispõe sobre as promoções de Oficiais e Praças da Polícia Militar.

LEI N° 7.801, DE 21 DE MARÇO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Paraense de Desenvolvimento sociocultural - APADESC e dá outras providências.

LEI N° 7.800, DE 21 DE MARÇO DE 2014

Dispõe sobre a semana estadual de incentivo a educação alimentar nas escolas para melhoria da qualidade de vida.

LEI N° 7.799, DE 21 DE MARÇO DE 2014

Denomina de José Rafael Valente a ponte sobre o Rio Curuá no Município de Alenquer, em construção pelo Governo do Estado do Pará.

LEI N° 7.802, DE 31 DE MARÇO DE 2014

Cria a Comissão Estadual da Verdade e Memória no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos, e dá outras providências.

LEI N° 7.803, DE 23 DE ABRIL DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Comunitária e Beneficente Amigos do Rio Pau D'Arco - ACB-ARPD.

LEI Nº 7.804, DE 23 DE ABRIL DE 2014

Institui o Dia Estadual da Liberdade Religiosa.

LEI Nº 7.805, DE 23 DE ABRIL DE 2014

Denomina “Centro de Convenções Leonildo Borges Rocha” o Centro de Convenções de Marabá.

LEI Nº 7.806, DE 29 DE ABRIL DE 2014

Dispõe sobre a regulamentação e o funcionamento do Sistema de Organização Modular de Ensino - SOME, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC.

LEI Nº 7.807, DE 29 DE ABRIL DE 2014

Estabelece a política de remuneração dos oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará.

LEI Nº 7.808, DE 29 DE ABRIL DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação das Irmãs Benéficas de Altamira - AIBEALT e dá outras providências.

LEI Nº 7.809, DE 9 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Centro de Promoção de Projetos e Ações Socioambientais - ASAS, localizado no Município de Tailândia.

LEI Nº 7.810, DE 9 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Sobreviventes, Viúvas, Dependentes, Familiares e Afins de Trabalhadores Rurais Mortos no Massacre de Eldorado dos Carajás e em Conflitos Agrários no Estado do Pará – ASVIMECAP.

LEI Nº 7.811, DE 9 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto de Artes Aurimar Monteiro de Araújo – Instituto AMA, do Município de Bragança.

LEI Nº 7.812, DE 9 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Filantrópica denominada Grupo de Apoio Solidariedade-GAS, com sede e foro em Belém.

LEI Nº 7.813, DE 9 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Aposentados, Pensionistas, Idosos e Deficientes de Marabá e Região.

LEI Nº 7.814, DE 9 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Pais e Filhos.

LEI Nº 7.815, DE 9 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Rádio Comunitária Ágape.

LEI Nº 7.816, DE 9 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Desportiva, Cultural, Profissionalizante e Social Monte Sinai.

LEI Nº 7.817, DE 9 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Solidária Padre Ângelo.

LEI Nº 7.818, DE 9 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Organização Não Governamental Aliança da Amazônia.

LEI Nº 7.819, DE 9 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Cultural e Social Os Tigrinhos.

LEI Nº 7.820, DE 9 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Cultural Beneficente e Musical de São Miguel do Guamá.

LEI Nº 7.821, DE 9 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto de Apoio ao Meio Ambiente e a Vida Bom Samaritano.

LEI Nº 7.822, DE 9 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Baixo e Alto Cupijó Rio Juçara, Costa do Rio Pará e Adjacências – Apajuarpa, do Município de Limoeiro do Ajuru.

LEI Nº 7.823, DE 9 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Centro Comunitário São Tomé do Porto Grande do Município de Cametá.

LEI Nº 7.824, DE 9 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Pescadores(as) Artesanais do Rio Paracauari.

LEI Nº 7.825, DE 9 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Desenvolvimento Social – ADES.

LEI Nº 7.826, DE 9 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Pará – ASPAR.

LEI Nº 7.827, DE 9 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Educativa e Cultural Missão Amazônia.

LEI Nº 7.828, DE 9 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Agentes Comunitários de Saúde e de Endemias, do Município de Tracuateua.

LEI Nº 7.829, DE 9 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto para o Desenvolvimento Solidário e Sustentabilidade da Amazônia – AJURI.

LEI Nº 7.830, DE 9 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Produtores Rurais de Nova Esperança – ASPRUNE.

LEI Nº 7.831, DE 9 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Desenvolvimento Comunitário da Vila Teilândia – AVITAN.

LEI Nº 7.832, DE 9 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Liga Paraense de Karatê Interestilos – LIPAKI.

LEI Nº 7.833, DE 9 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Fórum das Associações de Pequenos Produtores da Agropecuária e Aquicultura de Breu Branco – FAPPAABB.

LEI Nº 7.834, DE 9 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação das Famílias da Casa Familiar Rural de São Félix do Xingu - PA – AFCFR-SFX.

LEI Nº 7.835, DE 9 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Movimento das Mulheres das Ilhas de Belém – MMIB.

LEI Nº 7.836, DE 9 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Recreativa e Cultural Terceira Idade Pedreirense – ARCTIP.

LEI Nº 7.837, DE 9 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Centro de Cultura Popular do Município de Santa Luzia do Pará.

LEI Nº 7.838, DE 9 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Beneficente AMURT/AMURTEL.

LEI Nº 7.839, DE 9 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Agrícola, Comunitária, Beneficente e Desportiva – ACDESP.

LEI Nº 7.840, DE 9 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Moradores do Bairro Novo Horizonte.

LEI Nº 7.841, DE 9 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Irituia.

LEI Nº 7.842, DE 9 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Centro Comunitário da Melhor Idade do Bairro do Guamá Santa Rita de Cássia – CCMIBGSRC.

LEI Nº 7.843, DE 9 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Comunitária Nova Aliança Unidos Venceremos - ACNUV.

LEI Nº 7.844, DE 9 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Moradores e Produtores Rurais da Comunidade de São Pedro do Crauateua.

LEI Nº 7.845, DE 9 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Pequenos Produtores da Comunidade Nossa Senhora do Livramento.

LEI Nº 7.846, DE 9 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Mista de Agricultores da Comunidade Menino Deus.

LEI Nº 7.847, DE 9 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Moradores e Agricultores da Comunidade Sagrada Família – AMASAFA.

LEI Nº 7.848, DE 9 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Artistas Plásticos Maré de Cores - ASAPMAC, do Município de Bragança.

LEI Nº 7.849, DE 9 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Aposentados da Justiça do Trabalho 8ª Região - AAJUTRA 8ª.

LEI Nº 7.850, DE 9 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Trabalhadores Rurais do Projeto de Assentamento São Geraldo - APASG, localizado no Município de Bom Jesus do Tocantins.

LEI Nº 7.851, DE 9 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Resguardar Oásis do Amor.

LEI Nº 7.852, DE 9 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Cultural Hozana Lopes de Abreu, localizado no Município de Marabá.

LEI Nº 7.853, DE 9 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Moradores Carmelândia.

LEI Nº 7.854, DE 9 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Organização não Governamental, AMA CURUÇÁ.

LEI Nº 7.855, DE 12 DE MAIO DE 2014

Institui e disciplina o processo de eleição direta para Diretor e Vice-Diretor de unidade escolar da rede estadual de ensino.

LEI Nº 7.856, DE 12 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Defesa e Proteção Animal – ASDEPA.

LEI Nº 7.857, DE 12 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Moradores da Ilha de Cotijuba e Ilhas Adjacentes – AMICIA.

LEI Nº 7.858, DE 12 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tucuruí.

LEI Nº 7.859, DE 12 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Brasileira de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia - ABRADESA.

LEI Nº 7.860, DE 12 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Desportiva, Cultural, Profissionalizante e Social Lírio dos Vales.

LEI Nº 7.861, DE 12 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Amigos Unidos do Município de Bonito.

LEI Nº 7.862, DE 12 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Produtores Rurais de Campo Verde.

LEI Nº 7.863, DE 12 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Renascer Vidas.

LEI Nº 7.864, DE 12 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Desportiva Gavião Guerreiros – ADGG.

LEI Nº 7.865, DE 12 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Moradores do Projeto de Assentamento da Ilha Grande do Tatuoca, do Município de Limoeiro do Ajuru.

LEI Nº 7.866, DE 12 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Comunitária dos Amigos de Anajás – ACAAN.

LEI Nº 7.867, DE 12 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Carajás de Portadores de Deficiência – ACPD.

LEI Nº 7.868, DE 12 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Produtores Hortifrutigranjeiros do Município de Dom Eliseu – APHDE.

LEI Nº 7.869, DE 12 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Contexto Habitat.

LEI Nº 7.870, DE 12 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Colônia de Pescadores Z-30.

LEI Nº 7.871, DE 12 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Cultural e Social Camarão Convencido.

LEI Nº 7.872, DE 12 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Trabalhadores do Ramo de Pesca de Vigia.

LEI Nº 7.873, DE 12 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a organização não governamental Espaço Profissionalizante da Amazônia-EPA, sediada no Município de Ananindeua/PA.

LEI Nº 7.874, DE 12 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação da Agricultura Familiar da Agrovila de Nova Aliança.

LEI Nº 7.875, DE 12 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Comunitária de Moradores do Bairro Império do Tapajós – ACMOBIT.

LEI Nº 7.876, DE 12 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Moradores e Agricultores Remanescentes Quilombolas do Alto Acará.

LEI Nº 7.877, DE 12 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar do Nordeste Paraense – COOPEFAN.

LEI Nº 7.878, DE 12 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Cultural e Desportiva Santa Cruz.

LEI Nº 7.879, DE 12 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Produtores de Artefatos de Madeira do Estado do Pará – ASPAMEPA.

LEI Nº 7.880, DE 12 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Consórcio para Desenvolvimento Socioeconômico da Região de Jambuaçu – CONJAM.

LEI Nº 7.881, DE 12 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Juruti – STTR.

LEI Nº 7.882, DE 15 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Cáritas Belém.

LEI Nº 7.883, DE 15 DE MAIO DE 2014

Declara o Festival de Iemanjá, realizado pela União Religiosa dos Cultos Umbandistas e Afro-Brasileiros do Estado do Pará - URCABEP, na Ilha de Outeiro – Distrito de Icoaraci, integrante do Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Pará.

LEI Nº 7.884, DE 15 DE MAIO DE 2014

Cria cargos efetivos de Analista e Auxiliar Judiciário, e em Comissão de Assessor de Juiz de 1ª Entrância, extingue os cargos de Atendente Judiciário, altera o padrão do cargo de Diretor de Secretaria e dá outras providências.

LEI Nº 7.885, DE 15 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Produtores, Agricultores e Agricultoras Familiares e Moradores do Município de Aurora do Pará.

LEI Nº 7.886, DE 15 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação das Mães da Comunidade Cristã da Aldeia de Parijós – AMCAP.

LEI Nº 7.887, DE 15 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Comunitária de Ação Familiar São Lourenço – ACAF.

LEI Nº 7.888, DE 15 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Criativa de Micros Produtores e Produtoras Rurais da Comunidade Novo Jauara, do Município de Aurora do Pará.

LEI Nº 7.889, DE 15 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Pequenos Agricultores da Casa Familiar Rural 25 de Julho do Município de Ourém.

LEI Nº 7.890, DE 15 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Souza Filho de Artes Marciais.

LEI Nº 7.891, DE 15 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Mulheres Muanenses – AMMA.

LEI Nº 7.892, DE 15 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Sindicato Rural de Rio Maria.

LEI Nº 7.893, DE 15 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a organização não governamental Sociedade Civil Bolsa Amazônia.

LEI Nº 7.894, DE 15 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Comunitária de Pescadores Artesanais do Povoado de São João do Abade.

LEI Nº 7.895, DE 15 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Produtores Rurais e Apicultores da Comunidade de Igarapé-Apara - ASPRUCIA, do Município de Capanema.

LEI Nº 7.896, DE 15 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Mãeriense das Pessoas com Deficiência - AMPD, do Município de Mãe do Rio.

LEI Nº 7.897, DE 15 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Cooperativa de Agricultores Familiares de Terra Alta – COAFTA.

LEI Nº 7.898, DE 15 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Barro Vermelho.

LEI Nº 7.899, DE 15 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Bom Jardim.

LEI Nº 7.900 DE 15 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Centro de Desenvolvimento Comunitário Raimundo Siqueira.

LEI Nº 7.901, DE 15 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Trabalhadores Rurais do Cocal.

LEI Nº 7.902, DE 15 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Micros e Pequenos Produtores Rurais da Região da Vila Bacaba e Região.

LEI Nº 7.903, DE 15 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Fundação Educativa e Cultural Amazônia Viva.

LEI Nº 7.904, DE 15 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Malhadores de Judas da Rua Conceição.

LEI Nº 7.905, DE 15 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Quatipuru.

LEI Nº 7.906, DE 15 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Pequenos Agricultores Rurais de Tauarizinho.

LEI Nº 7.907, DE 15 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Cultural Nagô Afro-Brasileiro – ICNAB.

LEI Nº 7.908, DE 19 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Organização não governamental Olhar Futuro Para a Amazônia - OFAM, sediada no Estado do Pará.

LEI Nº 7.909, DE 19 DE MAIO DE 2014

Institui a Semana Estadual dos Portadores de Fissura Orofacial (Lábio Leporino).

LEI Nº 7.910, DE 19 DE MAIO DE 2014

Dispõe sobre a alteração da Lei nº 6.784, de 30.09.2005, que institui no Estado do Pará o Dia do Agente Comunitário de Saúde e inclui o Agente de Combate às Endemias em seus efeitos.

LEI Nº 7.911, DE 19 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará o Instituto Planalto Amazônia de Assistência Social, Pesquisa e Educação Profissional – IPA.

LEI Nº 7.912, DE 19 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Comunitária do Maguari - Maná de Deus – ACMMD.

LEI Nº 7.913, DE 19 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Produtores Rurais da 7ª Travessa - APR do Município de Capanema.

LEI Nº 7.914, DE 19 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Grêmio Recreativo Cultural e Carnavalesco “Os Colibris”.

LEI Nº 7.915, DE 19 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Agricultores e Aquicultores de Quatipuru.

LEI Nº 7.916, DE 19 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Ação Acioli de Empreendimento Social.

LEI Nº 7.917, DE 19 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Sindicato dos Produtores Rurais de Garrafão do Norte.

LEI Nº 7.918, DE 19 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Entidade Filantrópica TERRA PARÁ.

LEI Nº 7.919, DE 19 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Piscicultores, Hortigranjeiros, Camaroeiros e Micro- Empreendedores de Bagre – APHOCAMB.

LEI Nº 7.920, DE 19 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Fundação Bom Jesus - FBJ, estabelecida no Município de Breves.

LEI Nº 7.921, DE 19 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto de Assistência a Infância, ao Adolescente e ao Idoso, Joana Maria Lobo Dias.

LEI Nº 7.922, DE 19 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Cultural Artística e Ambiental Guardiões do Curupeté.

LEI Nº 7.923, DE 19 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Agentes Comunitários de Saúde do Município de Itupiranga, localizada no Município de Itupiranga.

LEI Nº 7.924, DE 19 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Desportiva Jacundá Kart Clube.

LEI Nº 7.925, DE 21 DE MAIO DE 2014

Concede Anistia Administrativa aos militares integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará.

LEI Nº 7.926, DE 22 DE MAIO DE 2014

Dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Pará.

LEI Nº 7.927, DE 26 DE MAIO DE 2014

Institui o Dia Estadual da Pastoral da Criança.

LEI Nº 7.928, DE 26 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Beneficiente Luz e Vida – ABLV.

LEI Nº 7.929, DE 26 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Centro de Prevenção, Tratamento e Recuperação de Dependentes Químicos FORÇA DO QUERER.

LEI Nº 7.930, DE 26 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Amigos do Hospital Universitário João de Barros Barreto, no Município de Belém/PA.

LEI Nº 7.931, DE 26 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Social e Cultural Mulher Que Faz – PROTUARA.

LEI Nº 7.932, DE 26 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Grêmio Recreativo Escola de Samba Piratas da Batucada.

LEI Nº 7.933 DE 26 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Ribeirinhos Pescadores e Extrativistas da Comunidade São João da Ilha das Onças – ARPECSI.

LEI Nº 7.934, DE 26 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Grêmio Recreativo Cultural e Social Pé de Cana, localizado no Município de São Domingos do Araguaia.

LEI Nº 7.935, DE 26 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Liga Esportiva de Bragança.

LEI Nº 7.936, DE 26 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Desportiva, Cultural e de Proteção Social – ASDECULPS.

LEI Nº 7.937, DE 26 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto para Formação Política, Sindical, Ambiental e Profissional da Amazônia – Instituto Polis Amazônia.

LEI Nº 7.938, DE 26 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Moradores da Comunidade São Lucas – AMOCSAL.

LEI Nº 7.939, DE 26 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Cooperativa Agrícola de Crédito Industrial e Comércio de Palestina do Pará- COPEAGRO, localizada no Município de Palestina do Pará.

LEI Nº 7.940, DE 26 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Vila Canaã Projeto de Assentamento Rio Gelado.

LEI Nº 7.941, DE 26 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Comunidade Nossa Senhora do Livramento do Povoado de Muriazinho.

LEI Nº 7.942, DE 26 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Moradores de Jutaizinho- AMJ, do Município de Santarém Novo.

LEI Nº 7.943, DE 27 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Moradores da Povoação do São Tomé, Município de Santo Antônio do Tauá.

LEI Nº 7.944, DE 27 DE MAIO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Igreja Batista Ágape.

LEI Nº 7.945, DE 3 DE JUNHO DE 2014

Cria a Política de Saúde da Mulher Detenta.

LEI Nº 7.946, DE 3 DE JUNHO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Beneficente da Paz – ABP.

LEI Nº 7.947, DE 3 DE JUNHO DE 2014

Cria o Dia Estadual do Combate a Pedofilia e Abuso Sexual Infanto-Juvenil no Estado do Pará.

LEI Nº 7.948, DE 3 DE JUNHO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Produtiva São Vicente do Guajará – APROSVIG.

LEI Nº 7.949, DE 3 DE JUNHO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Proprietários dos Bares na Beira Rio Peixe-Boi, no Município de Peixe-Boi.

LEI Nº 7.950, DE 3 DE JUNHO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Produtores e Produtoras Rurais Unidos de São Clemente, no Município de Aurora do Pará.

LEI Nº 7.951, DE 3 DE JUNHO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Comunitária Agro- Extrativista de Nova Arumanduba- ACANA.

LEI Nº 7.952, DE 6 DE JUNHO DE 2014

Altera a Lei nº 7.674, de 29 de outubro de 2012, que autorizou o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco do Brasil S.A., a oferecer garantias e dá outras providências.

LEI Nº 7.674, DE 29 DE OUTUBRO DE 2012*

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco do Brasil S.A., a oferecer garantias e dá outras providências.

LEI Nº 7.961, DE 13 DE JUNHO DE 2014

Declara e reconhece como integrante do patrimônio cultural de natureza imaterial para o Estado do Pará, o Encontro da Mulher de Parauapebas.

LEI Nº 7.962, DE 13 DE JUNHO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Igreja Evangélica Assembleia de Deus Campo da Cidade Nova – IEADCIN.

LEI Nº 7.963, DE 13 DE JUNHO DE 2014

Estabelece mensagens educativas sobre o uso de drogas em shows culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil e respectivos ingressos.

LEI Nº 7.964, DE 13 DE JUNHO DE 2014

Institui o Dia Estadual do Muay Thai.

LEI Nº 7.965, DE 13 DE JUNHO DE 2014

Institui o Dia Estadual da Banda de Música da Polícia Militar do Estado do Pará.

LEI Nº 7.966, DE 13 DE JUNHO DE 2014

Institui o Dia Estadual do Educador Voluntário Infantil.

LEI Nº 7.967, DE 13 DE JUNHO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação das Fanfarras e Foliões da Cidade Velha- ASFFAVELHA.

LEI Nº 7.968, DE 13 DE JUNHO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Amigos Unidos do Município de Bonito.

LEI Nº 7.969, DE 13 DE JUNHO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Instrumentistas de Paragominas.

LEI Nº 7.970, DE 13 DE JUNHO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Produtores(as) Rurais do Patrimônio- APRUP, do Município de Primavera.

LEI Nº 7.971, DE 13 DE JUNHO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Grêmio Recreativo Cultural e Carnavalesco Deixa Falar.

LEI Nº 7.972, DE 13 DE JUNHO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Centro de Pesca, Piscicultura e Aquicultura de Santana do Araguaia.

LEI Nº 7.973, DE 13 DE JUNHO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Ambulantes de Bragança – ASSABRA.

LEI Nº 7.974, DE 13 DE JUNHO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Missionária Croce Del Sud.

LEI Nº 7.975, DE 13 DE JUNHO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto de Capacitação e Desenvolvimento Social e Cultural José Amorim, organização não governamental, do Município de Santo Antônio do Tauá.

LEI Nº 7.976, DE 13 DE JUNHO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social da Amazônia- IDESA, organização não governamental, do Município de Santarém.

LEI Nº 7.977, DE 13 DE JUNHO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Moradores e Agricultores do Igarapé Castanhal- AMAIC, organização não governamental, do Município de Acará.

LEI Nº 7.978, DE 13 DE JUNHO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Produtores Rurais de Jacaréquara do Município de Capanema.

LEI Nº 7.979, DE 13 DE JUNHO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Centro de Convivência da Pessoa Idosa.

LEI Nº 7.980, DE 13 DE JUNHO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Comunitária de Desenvolvimento do Município de Muaná.

LEI Nº 7.981, DE 13 DE JUNHO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Ministério Pentecostal da Cura Divina, do Município de Barcarena.

LEI Nº 7.982, DE 13 DE JUNHO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Pequenos Agricultores e Hortfruticultores da Comunidade de Arumanzal, no Município de Baião/PA.

LEI Nº 7.983, DE 13 DE JUNHO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Escola de Samba Boêmios da Vila Famosa.

LEI Nº 7.984, DE 13 DE JUNHO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Vida da Amazônia de Assistência Social, Pesquisa Educação Profissional – IVAS.

LEI Nº 7.985, DE 13 DE JUNHO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Desportiva e Cultural Viva Bragança.

LEI Nº 7.986, DE 13 DE JUNHO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Quilombola do Baixo Caeté Comunidades de Laranjituba e África.

LEI Nº 7.987, DE 13 DE JUNHO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Rural do Assentamento Campos do Popó - ARACAP, no Município de Monte Alegre.

LEI Nº 7.988, DE 13 DE JUNHO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Obra Social Nossa Senhora da Glória Fazenda da Esperança – nome de fantasia (Fazenda da Esperança Santa Clara), no Município de Óbidos.

LEI Nº 7.989, DE 13 DE JUNHO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Proteção à Família e Apoio à Agricultura e Meio Ambiente – APROFAMA.

LEI Nº 7.990, DE 13 DE JUNHO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Social e Cultural Curralinhense – ASCC.

LEI Nº 7.991, DE 13 DE JUNHO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Comunitária Rural do Bairro da Colina.

LEI Nº 7.992, DE 13 DE JUNHO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Desportiva e Cultural Francilândia, no Município de Abaetetuba.

LEI Nº 7.993, DE 13 DE JUNHO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Agenor Quaresma, no Município de Igarapé-Miri.

LEI Nº 7.994, DE 13 DE JUNHO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Centro Comunitário da Passagem Cruzeiro Unidos com o Pantanal.

LEI Nº 7.995, DE 13 DE JUNHO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Palmeiras Esporte Clube - APEC, no Município de Juruti.

LEI Nº 7.996, DE 13 DE JUNHO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tomé-Açu - APAE, no Município de Tomé-Açu.

LEI Nº 7.997, DE 13 DE JUNHO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais da Região do Buqueirão - ASPRORBUQ, localizada no Município de São Geraldo do Araguaia.

LEI Nº 7.998, DE 13 DE JUNHO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação das Mulheres Artesãs de Placas, no Município de Placas.

LEI Nº 7.999, DE 13 DE JUNHO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Santa Cruz Esporte Clube - ASCEC, no Município de Juruti.

LEI Nº 8.000, DE 25 DE JUNHO DE 2014

Institui o dia 8 de outubro como o Dia Estadual do Lions Clube.

LEI Nº 8.001, DE 25 DE JUNHO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Beneficente Desenvolventista de Cametá – ABDC.

LEI Nº 8.002, DE 25 DE JUNHO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Filantrópica Icuí Solidário – AFIS.

LEI Nº 8.003, DE 25 DE JUNHO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Moradores da Sacramento Beneficente.

LEI Nº 8.004, DE 25 DE JUNHO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública a Associação Grupo Comunitário União.

LEI Nº 8.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Colônia de Pescadores e Pescadoras Artesanais Z-40, Comunidade Vila de Aranaí, Município de Cachoeira do Arari.

LEI Nº 8.006, DE 25 DE JUNHO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Pequenos Agricultores da Comunidade Sol da Manhã.

LEI Nº 8.007, DE 25 DE JUNHO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto de Inclusão Social Sol Nascente – IISSON.

LEI Nº 8.008, DE 25 DE JUNHO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Afro-Religiosa, Cultural e Social Iloyany.

LEI Nº 8.009, DE 25 DE JUNHO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Coletores de Resíduos Sólidos para Preservação do Meio Ambiente - ASPREMA, localizada no Município de Belém.

LEI Nº 8.010, DE 25 DE JUNHO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Botafogo Recreativo Beneficente Futebol Clube – BFC.

LEI Nº 8.011, DE 25 DE JUNHO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Juventos Esporte Clube – AJEC.

LEI Nº 8.012, DE 27 DE JUNHO DE 2014

Dispõe sobre a criação do Dia Estadual da Marujada no âmbito do Estado do Pará.

LEI Nº 8.013, DE 27 DE JUNHO DE 2014

Institui o Dia Estadual do Voluntariado.

LEI Nº 8.014, DE 27 DE JUNHO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública a Associação Comunitária Panorama – ACP.

LEI Nº 8.015, DE 27 DE JUNHO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Fraternidade Católica Missionária Ágape da Cruz.

LEI Nº 8.016, DE 27 DE JUNHO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Comunitária Evangélica Quatro Bocas.

LEI Nº 8.017, DE 27 DE JUNHO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Pais e Amigos da Escola de Música “Maestro Wilson Fonseca” do Município de Santarém.

LEI Nº 6.849, DE 2 DE MAIO DE 2006

Cria, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, a Ouvidoria do Ministério Público em cumprimento ao disposto no art. 130-A, § 5º, da Constituição Federal.

LEI Nº 8.018, DE 8 DE JULHO DE 2014

Altera dispositivos da Lei nº 6.849, de 2 de maio de 2006.

LEI Nº 8.019, DE 8 DE JULHO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Evangélica Beneficente da Assembleia de Deus em Anapu – AEBADAN.

LEI Nº 8.020, DE 8 DE JULHO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Produtores Rurais da Comunidade de Pataueteua.

LEI Nº 8.021, DE 8 DE JULHO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Moradores de Bom Jesus do Tocantins.

LEI Nº 8.022, DE 8 DE JULHO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Benedito Alves Bandeira, em Acará/PA.

LEI Nº 8.023, DE 8 DE JULHO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Itupiranga – APAE.

LEI Nº 8.024, DE 16 DE JULHO DE 2014

Denomina de “Teófilo Olegário Furtado” o Hospital Regional de Itaituba.

LEI Nº 8.025, DE 16 DE JULHO DE 2014

Dispõe sobre o Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração dos Servidores do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

LEI Nº 8.026, DE 16 DE JULHO DE 2014

Cria a 2ª Vara da Comarca de Rondon do Pará, a Vara do Juizado Especial de Santa Isabel do Pará e dá outras providências.

LEI Nº 8.027, DE 21 DE JULHO DE 2014

Dispõe sobre transporte intermunicipal de passageiros em veículos de aluguel na modalidade lotação no Estado do Pará e dá outras providências.

LEI Nº 8.028, DE 21 DE JULHO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Sindicato Rural de Castanhal.

LEI Nº 8.029, DE 21 DE JULHO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Cultural dos Músicos de Paragominas – AMUP.

LEI Nº 8.030, DE 21 DE JULHO DE 2014

Dispõe sobre a jornada de trabalho e as aulas suplementares dos professores da educação básica da rede pública de ensino do Estado do Pará, de que tratam os arts. 35 e 28 da Lei nº 7.442, de 2 de julho de 2010.

LEI Nº 8.032, DE 23 DE JULHO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Abrigo São José.

LEI Nº 8.031, DE 23 DE JULHO DE 2014

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2015.

LEI Nº 8.033, DE 7 DE AGOSTO DE 2014

Dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos servidores civis ativos e inativos integrantes da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Poder Executivo do Estado do Pará e dá outras providências.

LEI Nº 8.034, DE 3 DE SETEMBRO DE 2014

Transforma em patrimônio cultural de natureza imaterial do Estado do Pará, o Pinheirense Esporte Clube.

LEI Nº 8.035, DE 3 DE SETEMBRO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Centro de Recuperação Lírrio dos Vales.

LEI Nº 8.036, DE 3 DE SETEMBRO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Centro Comunitário Unidos Venceremos dos Remédios, no Município de Santo Antônio do Tauá.

LEI Nº 8.037, DE 5 DE SETEMBRO DE 2014

Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Pará e dá outras providências.

LEI Nº 8.038, DE 16 DE SETEMBRO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Moradores do Residencial Guará.

LEI Nº 8.039, DE 16 DE SETEMBRO DE 2014

Institui no Estado do Pará o Dia do Obreiro Universal.

LEI Nº 8.040, DE 16 DE SETEMBRO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Beneficente da Paz.

LEI Nº 8.041, DE 16 DE SETEMBRO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Mulheres da

Comunidade de Centro Grande- AMUCEG, no Município de Monte Alegre.

LEI Nº 8.042, DE 16 DE SETEMBRO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Centro Social e Educacional Pastor Arthur Nunes Piedade – CSEPANP.

LEI Nº 8.043, DE 16 DE SETEMBRO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Cristã Beneficente Bom Samaritano.

LEI Nº 8.044, DE 16 DE SETEMBRO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Núcleo de Educação Popular “Raimundo Reis” - NEP.

LEI Nº 8.045, DE 16 DE SETEMBRO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Rurópolis.

LEI Nº 8.046, DE 16 DE SETEMBRO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Moradores do Bairro Novo Planalto- AMBANOPLA, localizada no Município de São Domingos do Araguaia.

LEI Nº 8.047, DE 16 DE SETEMBRO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Liga Esportiva Municipal de Tucuruí – LEMT.

LEI Nº 8.048, DE 16 DE SETEMBRO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Idosos, Aposentados e Pensionistas de Goianésia do Pará.

LEI Nº 8.049, DE 16 DE SETEMBRO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Colônia de Pescadores Z - 108 de Pau D’Arco.

LEI Nº 8.050, DE 16 DE SETEMBRO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Agentes de Saúde de Mãe do Rio.

LEI Nº 8.051, DE 16 DE SETEMBRO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Filhos e Amigos de ILÊ ÍYÁ OMI ASÉ OFÁ KARE – AFAIA.

LEI Nº 8.052, DE 16 DE SETEMBRO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Afro-Religiosa e Cultural Morada de Oxóssi – AMORODÉ.

LEI Nº 8.053, DE 16 DE SETEMBRO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Sociedade Beneficente

LEI Nº 8.054, DE 16 DE SETEMBRO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Região Abóbora, localizada no Município de São Geraldo do Araguaia.

LEI Nº 8.055, DE 16 DE SETEMBRO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Brazil Combat de Mixed Martial Arts – ABCMMA.

LEI Nº 8.056, DE 16 DE SETEMBRO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Filhos e Amigos da Maurícia.

LEI Nº 8.057, DE 16 DE SETEMBRO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Desenvolvimento Agrícola do Bacabalzinho, localizada na Comunidade de Bacabalzinho, no Município de Monte Alegre.

LEI Nº 8.058, DE 16 DE SETEMBRO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Federação das Comunidades Terapêuticas e demais Organizações não Governamentais Antidrogas do Pará – FECONGAD/PA.

LEI Nº 8.059, DE 25 DE SETEMBRO DE 2014

Dispõe sobre a atualização do valor dos vencimentos e dos proventos dos servidores, ativos e inativos, e pensionistas do Ministério Público do Estado do Pará.

LEI Nº 8.060, DE 25 DE SETEMBRO DE 2014

Dispõe sobre a criação de cargos no Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado do Pará.

LEI Nº 8.061, DE 29 DE SETEMBRO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Trabalhadores nos Setores da Aquicultura da Pesca Artesanal, da Agricultura Familiar, Educação Ambiental e Sustentável.

LEI Nº 8.062, DE 30 DE SETEMBRO DE 2014

Reconhece como integrante do patrimônio cultural de natureza imaterial para o Estado do Pará, o Encontro das Águas dos Rios Tapajós e Amazonas.

LEI Nº 8.063, DE 30 DE SETEMBRO DE 2014

Reconhece o “Festival do Caranguejo de São Caetano de Odivelas” como integrante do patrimônio cultural de natureza imaterial do Estado do Pará.

LEI Nº 8.064, DE 30 DE SETEMBRO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Moradores e Agricultores Familiares dos Assentamentos de São João do Araguaia e Região/PA, localizada no Município de São João do Araguaia.

LEI Nº 8.065, DE 30 DE SETEMBRO DE 2014

Declara de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto de Moradores Educar e Ajudar.

LEI Nº 8.066, DE 30 DE SETEMBRO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Moradores de Condeixa, Município de Salvaterra/PA.

LEI Nº 8.067, DE 7 DE OUTUBRO DE 2014.

Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 6.829, de 7 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre a carreira do Grupo Ocupacional Perícia Técnico-Científica do Centro de Perícias Científicas “Renato Chaves”.

LEI Nº 8.068, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014

Altera a Lei nº 6.576, de 03 de setembro de 2003, que dispõe sobre a reestruturação da Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”.

LEI Nº 8.069, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Social Club dos Taxistas e Simpatizantes do Município de São Miguel do Guamá.

LEI Nº 8.070, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Companhia Panada de Teatro.

LEI Nº 8.071 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Entidade de Defesa de Direitos Sociais “Lions Clube Eldorado do Carajás”.

LEI Nº 8.072, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014

Declara e reconhece como entidade de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Amigos do Menino Jesus -AAMJ.

LEI Nº 8.073, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014

Considera o Artesanato em Balata patrimônio cultural de natureza imaterial do Estado do Pará.

LEI Nº 8.074, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Atlético Cruzeiro Esporte Clube.

LEI Nº 8.075, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Federação de Arte Cênica Estadual – FACES.

LEI Nº 8.076, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Sociedade de Meio Ambiente Educação e Cidadania - SOMECA, localizada no Município de Belém.

LEI Nº 8.077, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014

Declara e reconhece como entidade de utilidade pública para o Estado do Pará, a Companhia Paraense de Performance.

LEI Nº 8.060, DE 25 DE SETEMBRO DE 2014* (REPUBLICAÇÃO)

Dispõe sobre a criação de cargos no Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado do Pará.

LEI Nº 8.078, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014

Institui a “Semana Estadual de Valorização de Relacionamentos Saudáveis nas Escolas do Estado do Pará”.

LEI Nº 8.079, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014

Institui o mês “Novembro Azul” no âmbito do Estado do Pará, dedicado a ações preventivas e de combate ao câncer de próstata.

LEI Nº 8.080, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Moradores e Moradoras de Canaã dos Carajás - “ASMAC”.

LEI Nº 8.081, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Vida Nova - AVN, localizada no Município de Tailândia.

LEI Nº 8.082, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Colônia de Pescadores Z - 08 de São João de Pirabas.

LEI Nº 8.083, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014

Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Pará.

LEI Nº 8.084, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014

Altera a Lei nº 7.086, de 16 de janeiro de 2008, que dispõe sobre a instituição do Fundo de Modernização, Reparelhamento e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas do Estado do Pará - FUNTCE.

LEI Nº 8.085, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014

Dispõe sobre a criação da Turma Recursal dos Juizados Especiais do Estado do Pará, os respectivos cargos de juizes, assessores e servidores, dá nova redação aos arts. 6º, 7º e 15, revoga o parágrafo único do art. 6º e o § 1º do art. 7º, renumerando-se os parágrafos remanescentes da Lei nº 6.459, de 22 de maio de 2002.

LEI Nº 8.086, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014

Altera a redação do inciso II e o § 2º do art. 212, e acrescenta os §§ 3º, 4º e 5º ao referido artigo da Lei nº 5.008, de 10 de dezembro de 1981.

LEI Nº 8.087, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014

Altera a Lei nº 7.701, de 11 de abril de 2013.

LEI Nº 8.088, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

Denomina “Dr. Almir Gabriel” a ponte de concreto construída sobre o Rio Mojuzinho, na PA-263, no Município de Breu Branco.

LEI Nº 8.089, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Moradores e Produtores Rurais do Aracui – AMPRA.

LEI Nº 8.090, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Amigos de Mosqueiro – ASAMOSQ.

LEI Nº 8.091, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014

Institui a Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Exploração e Aproveitamento de Recursos Hídricos - TFRH, e o Cadastro Estadual de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Exploração e Aproveitamento de Recursos Hídricos - CERH.

LEI MUNICIPAL Nº 324/2013, DE 12 DE MARÇO DE 2013 - ELDORADO DOS CARAJÁS

Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar Termo de Cessão de Uso de área pública municipal com o Governo do Estado do Pará, a ser utilizada pela Secretaria de Estado de Segurança Pública- SEGUP, revoga a Lei 313/2012 e dá outras providências.

LEI MUNICIPAL Nº 4.189 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012 - ÓBIDOS

Autoriza o Poder Executivo Municipal a doar uma área de terras do Patrimônio Municipal.

LEI MUNICIPAL Nº 369/ 2011 - SANTA CRUZ DO ARARI

Autoriza o Poder Executivo Municipal a doar Imóvel do Patrimônio Público Municipal ao Governo do Estado do Pará – Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social.

DECRETO LEGISLATIVO**DECRETO LEGISLATIVO Nº 01, DE 08 DE JANEIRO DE 2014**

Autoriza o Governador do Estado a se ausentar do País, no período de 15 a 29 de janeiro de 2014.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 03, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.

Aprova o nome do Senhor Francisco Sérgio Belich de Souza Leão para exercer o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 04, DE 02 DE ABRIL DE 2014

Autoriza o Vice-Governador do Estado do Pará, HELENILSON CUNHA PONTES, a ausentar-se do País no período de 6 a 13 de abril de 2014, e dá outras providências.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 05, DE 02 DE ABRIL DE 2014

Autoriza o Governador do Estado a se ausentar do País, no período de 6 a 13 de abril de 2014.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 13, DE 12 DE AGOSTO DE 2014

Aprova o nome do Auditor Odilon Inácio Teixeira para exercer o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Pará.

DECRETOS

DECRETO DE 2 DE JANEIRO DE 2014

Luto Oficial no Estado do Pará, por 3 (três) dias, a contar de 2 de janeiro do corrente, em homenagem à memória de OPHIR FILGUEIRAS CAVALCANTE.

DECRETO DE 2 DE JANEIRO DE 2014

Luto Oficial no Estado do Pará, por três dias, a contar de 2 de janeiro do corrente ano, em homenagem à memória de MANOEL GABRIEL SIQUEIRA GUERREIRO.

DECRETO DE 6 DE JANEIRO DE 2014

Nomeia membros do Conselho Estadual das Cidades – CONCIDADES.

DECRETO N.º 930, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013.

Altera dispositivos do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS-PA, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001.

DECRETO Nº 938, DE 9 DE JANEIRO DE 2014

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, situado no Município de Belém, Estado do Pará, e dá outras providências. Fica declarado de utilidade pública, a fim de ser desapropriado em favor do Estado do Pará – SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA - SECULT, por via amigável ou judicial, o imóvel urbano e suas benfeitorias, situado na Avenida Magalhães Barata, nº 827, Bairro São Brás, Município de Belém, Pará.

DECRETO Nº 939, DE 10 DE JANEIRO DE 2014

Altera dispositivos do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS-PA, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001, e dá outras providências.

D E C R E T O Nº 940, DE 14 DE JANEIRO DE 2014

Ficam declarados de utilidade pública, a fim de serem desapropriados em favor do Estado do Pará – Secretaria de Estado de Integração Regional, Desenvolvimento Urbano e Metropolitano - SEIDURB, por via amigável ou judicial, o imóvel e suas benfeitorias situado na Rodovia BR-316, Km 11 – Município de Ananindeua, com 220,46 m de perímetro e área total de 1.472,48 m², para o prolongamento da Avenida Independência.

D E C R E T O Nº 941, DE 14 DE JANEIRO DE 2014

Ficam declarados de utilidade pública, a fim de serem desapropriados em favor do Estado do Pará – Secretaria de Estado de Integração Regional, Desenvolvimento Urbano e Metropolitano - SEIDURB, por via amigável ou judicial, o imóvel e suas benfeitorias situado na Rua Quinta das Carmitas, nº 200 – Município de Ananindeua, com 467,61 m de perímetro e área total de 6.122,36 m², para o prolongamento da Avenida Independência.

D E C R E T O Nº 942, DE 14 DE JANEIRO DE 2014

Ficam declarados de utilidade pública, a fim de serem desapropriados em favor do Estado do Pará – Secretaria de Estado de Integração Regional, Desenvolvimento Urbano e Metropolitano - SEIDURB, por via amigável ou judicial, o imóvel e suas benfeitorias situado na Rua Quinta das Carmitas, nº 199 – Município de Ananindeua, com 470,64 m de perímetro e área total de 7.507,39 m², para o prolongamento da Avenida Independência.

D E C R E T O Nº 943, DE 14 DE JANEIRO DE 2014

Ficam declarados de utilidade pública, a fim de serem desapropriados em favor do Estado do Pará – Secretaria de Estado de Integração Regional, Desenvolvimento Urbano e Metropolitano - SEIDURB, por via amigável ou judicial, o imóvel e suas benfeitorias situado na Avenida Beira Rio nº 01, Conjunto Roraima Amapá, Bairro Curuçambá – Município de Ananindeua, com 539,04 m de perímetro e área total de 3.011,00 m², para o prolongamento da Avenida Independência.

D E C R E T O Nº 944, DE 14 DE JANEIRO DE 2014

Fica declarado de utilidade pública, a fim de ser desapropriado em favor do Estado do Pará – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, por via amigável ou judicial, o imóvel urbano e benfeitorias por ventura existentes, situado na Travessa Quintino Bocaiúva, Módulo I, objeto da Matrícula nº 263, fl. 263, do Livro 2-HP, do 2º Ofício de Registro de Imóveis desta Capital.

DECRETO Nº 945, DE 14 DE JANEIRO DE 2014

Fixa normas e procedimentos para o controle e redução das despesas com pessoal pelos órgãos e entes da Administração Direta e Indireta do Estado.

D E C R E T O Nº 946, DE 14 DE JANEIRO DE 2014

Reserva área de terras para integrar o patrimônio do Município de Dom Eliseu, na localidade denominada Flor do Ipê, e dá outras providências.

D E C R E T O Nº 947, DE 14 DE JANEIRO DE 2014

Homologa criação do Projeto Estadual de Assentamento Sustentável (PEAS) denominado ALTO BONITO II, no Município de Dom Eliseu/PA.

DECRETO Nº 952, DE 22 DE JANEIRO DE 2014

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, situado no Município de Belém, Estado do Pará, e dá outras providências.

DECRETO Nº 954 DE 24 DE JANEIRO DE 2014

Estabelece a suspensão da concessão e do pagamento da Gratificação de Tempo Integral e do Serviço Extraordinário, disciplinados pela Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, nos órgãos da Administração Direta, Autarquias e Fundações Públicas.

DECRETO 15 DE JANEIRO DE 2014

Designar CAIO DE AZEVEDO TRINDADE, Procurador-Geral do Estado, para responder, até ulterior deliberação, pela Consultoria-Geral do Estado.

DECRETO DE 6 DE JANEIRO DE 2014

Nomeia membros do Conselho Estadual das Cidades - CONCIDADES.

DECRETO Nº 938, DE 9 DE JANEIRO DE 2014

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, situado no Município de Belém, Estado do Pará.

DECRETO Nº 959, DE 31 DE JANEIRO DE 2014

Convoca a 2ª Conferência Estadual de Proteção e Defesa Civil e dá outras providências.

DECRETO Nº 968, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2014

Revoga o Decreto nº 580, de 30 de outubro de 2012, e restaura os limites dispostos no art. 2º do Decreto nº 2.608, de 4 de dezembro de 2006, da Floresta Estadual do Paru – FLOTA Paru.

DECRETO Nº 969, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014

Dispõe sobre a criação da Comissão Organizadora Estadual da 2ª Conferência Estadual de Proteção e Defesa Civil – CNPDC.

DECRETO Nº 974, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014

Designa o titular da Secretaria de Estado de Assistência Social - SEAS como gestor do Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - FEDCA.

DECRETO Nº 975, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014

Torna facultativo, nos dias 3 e 5 de março de 2014, o expediente nas repartições públicas integrantes da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado do Pará.

DECRETO Nº 996, DE 28 DE MARÇO DE 2014

Altera o Decreto nº 665, de 21 de fevereiro de 2013, que cria o Núcleo Especial de Gestão de Projetos - NEGEP, e dá outras providências.

DECRETO Nº 995, DE 27 DE MARÇO DE 2014

Autoriza a Administração Estadual a suspender a emissão de documentos necessários para a movimentação de todas e qualquer espécie de pescado, in natura, fresco, resfriado e curado (salgado) para fora do Estado do Pará, no período de 1º a 18 de abril de 2014.

DECRETO Nº 990, DE 14 DE MARÇO DE 2014

Institui o § 6º ao art. 3º do Decreto nº 838, de 24 de setembro de 2013, que estabelece normas para a concessão de licenças, autorizações, serviços ou outro tipo de benefício ou incentivo público aos empreendimentos e atividades situados em áreas desmatadas ilegalmente no Estado do Pará, e dá outras providências.

DECRETO Nº 982, DE 7 DE MARÇO DE 2014

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, situado no Município de Marituba, Estado do Pará, e dá outras providências.

DECRETO S/Nº DE 27 DE MARÇO DE 2014

Convoca os representantes dos segmentos sociais, interessados em participar da 4ª Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora.

DECRETO S/Nº

Designar HELENILSON CUNHA PONTES, Vice-Governador do Estado, para responder, no período de 1º a 18 de março de 2014, pela Secretaria Especial de Estado de Desenvolvimento Econômico e Incentivo à Produção.

DECRETO DE 31 DE MARÇO DE 2014

Designa membro para atuar junto ao Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários – TARF.

DECRETO Nº 1.017, DE 4 DE ABRIL DE 2014

Ativa, denomina, determina a circunscrição, transforma, extingue e renumera órgãos de execução na estrutura organizacional da Polícia Militar do Pará-PMPA, e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.018, DE 8 DE ABRIL DE 2014

Fixa o montante de recursos financeiros destinados para a utilização como incentivo fiscal na realização de projetos culturais no Estado do Pará.

DECRETO Nº 1.019, DE 9 DE ABRIL DE 2014

Altera o Decreto nº 1.017, de 4 de abril de 2014.

D E C R E T O Nº 1.020, DE 14 DE ABRIL DE 2014

Dispõe sobre a regulamentação do art. 10-A da Lei nº 6.813, de 25 de janeiro de 2006, que institui a Gratificação de Desempenho de Apoio à Procuradoria - GDAP, a formulação e fixação das metas organizacionais, as competências dos setores e as atribuições dos responsáveis pelo processo, o sistema de avaliação, os procedimentos, a forma de pagamento da gratificação e os recursos da avaliação de desempenho.

DECRETO Nº 1.021, DE 14 DE ABRIL DE 2014

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, situado no Município de Belém, Estado do Pará, e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.042, DE 15 DE ABRIL DE 2014

Torna facultativo, no dia 17 de abril de 2014, o expediente nas repartições públicas integrantes da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado do Pará, e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.043, DE 22 DE ABRIL DE 2014

Estabelece procedimento a ser adotado pela Secretaria de Estado de Saúde Pública - SESPA, para viabilizar acesso de informação sobre o estoque de medicamentos na Central de Medicamentos do Estado do Pará, por meio de rede mundial de computadores.

DECRETO Nº 955, DE 27 DE JANEIRO DE 2014

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por SUPERÁVIT, no valor de R\$ 23.001.761,19 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 951, DE 22 DE JANEIRO DE 2014

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da

Administração Pública Estadual, crédito suplementar por SUPERÁVIT, no valor de R\$ 117.429.226,69 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 953, DE 24 DE JANEIRO DE 2014

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por REMANEJAMENTO, no valor de R\$24.860.028,33 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1.033, DE 14 DE ABRIL DE 2014 – ITERPA

Ficam declarados de utilidade pública, a fim de serem desapropriados em favor do Estado do Pará – Secretaria de Estado de Integração Regional, Desenvolvimento Urbano e Metropolitano – SEIDURB, por via amigável ou judicial, o imóvel e suas benfeitorias situado em Ananindeua, na Rua Jader Dias, nº 75, Bairro Coqueiro, para o prolongamento da Avenida Independência, com as dimensões, limites, confrontações e demais especificações técnicas mencionadas no Memorial Descritivo.

DECRETO Nº 1.034, DE 14 DE ABRIL DE 2014 – ITERPA

Ficam declarados de utilidade pública, a fim de serem desapropriados em favor do Estado do Pará – Secretaria de Estado de Integração Regional, Desenvolvimento Urbano e Metropolitano - SEIDURB, por via amigável ou judicial, o imóvel e suas benfeitorias situado em Ananindeua, na Rua do Salmo 91, nº 4, Bairro Centro, para o prolongamento da Avenida Independência, com as dimensões, limites, confrontações e demais especificações técnicas mencionadas no Memorial Descritivo.

DECRETO Nº 1.035, DE 14 DE ABRIL DE 2014 – ITERPA

Ficam declarados de utilidade pública, a fim de serem desapropriados em favor do Estado do Pará – Secretaria de Estado de Integração Regional, Desenvolvimento Urbano e Metropolitano - SEIDURB, por via amigável ou judicial, o imóvel e suas benfeitorias situado em Ananindeua, na Travessa Salmo 91, nº 9, Bairro Centro, para o prolongamento da Avenida Independência, com as dimensões, limites, confrontações e demais especificações técnicas mencionadas no memorial descritivo.

DECRETO Nº 1.036, DE 14 DE ABRIL DE 2014 – ITERPA

Ficam declarados de utilidade pública, a fim de serem desapropriados em favor do Estado do Pará – Secretaria de Estado de Integração Regional, Desenvolvimento Urbano e Metropolitano - SEIDURB, por via amigável ou judicial, o imóvel e suas benfeitorias situado em Ananindeua, na Rua do Salmo 91, nº 8, Bairro Centro, para o prolongamento da Avenida Independência.

DECRETO Nº 1.037, DE 14 DE ABRIL DE 2014 – ITERPA

Ficam declarados de utilidade pública, a fim de serem desapropriados em favor do Estado do Pará – Secretaria de Estado de Integração Regional, Desenvolvimento Urbano e Metropolitano - SEIDURB, por via amigável ou judicial, o imóvel e suas benfeitorias situado em Ananindeua, na Rua Amazonas, nº 4, Bairro PAAR, para o prolongamento da Avenida Independência, com as dimensões, limites, confrontações e demais especificações técnicas mencionadas no Memorial Descritivo.

DECRETO Nº 1.038, DE 14 DE ABRIL DE 2014 – ITERPA

Fica declarado de utilidade pública, a fim de ser desapropriado em favor do Estado do

Pará, por via amigável ou judicial, o imóvel urbano, e benfeitorias porventura existentes, situado na Rua Cláudio Barbosa da Silva, nº 394 – Bairro Centro, Marituba-PA, medindo o terreno 13,00 metros de frente, lateral direita com 47,50 metros, lateral esquerda com 47,50 metros, tendo a linha de travessão de fundos 13,00 metros, com área total de 617,50 metros quadrados.

DECRETO Nº 1.044, DE 2 DE MAIO DE 2014

Dispõe sobre a instalação de unidade de Serviço de Atendimento à População “ESTAÇÃO CIDADANIA”.

DECRETO Nº 1.047, DE 5 DE MAIO DE 2014

Regulamenta a Lei Estadual nº 7.794, de 14 de janeiro de 2014, que dispõe sobre a Gratificação de Desempenho de Atividade Socioeducativa.

DECRETO Nº 1.050, DE 16 DE MAIO DE 2014

Revoga os Decretos Estaduais nº 657, de 23 de novembro de 2007, e nº 1.493, de 22 de janeiro de 2009, que dispõem sobre os procedimentos para celebração de Contratos de Transição, e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.051, DE 16 DE MAIO DE 2014

Altera a redação do art. 5º do Decreto nº 2.237, de 7 de abril de 2010, que regulamenta os arts. 13 a 17 da Lei Estadual nº 6.963, de 16 de abril de 2007.

DECRETO Nº 1.052, DE 16 DE MAIO DE 2014

Dispõe sobre a obrigatoriedade do Cadastro Ambiental Rural - CAR-PA para a emissão da Guia de Transporte Animal no Estado do Pará - GTA e concessão de outras licenças e serviços estaduais.

DECRETO Nº 1.053, DE 16 DE MAIO DE 2014

Dá nova redação ao § 2º do art. 5º do Decreto 54, de 29 de março de 2011, alterado pelo Decreto nº 308, de 28 de dezembro de 2011, que instituiu o Programa Municípios Verdes – PMV.

DECRETO Nº 1.054, DE 28 DE MAIO DE 2014

Homologa a Resolução nº 223 - CONSEP/2013, de 17 de outubro de 2013, do Conselho Estadual de Segurança Pública, que trata da “Direção da Ouvidoria do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social – SIEDS”.

DECRETO Nº 1.055, DE 28 DE MAIO DE 2014

Homologa a Resolução nº 236/14-CONSEP, de 6 de março de 2014, do Conselho Estadual de Segurança Pública, que trata da “Aprovação do Regimento Interno do Comitê Integrado de Corregedores de Segurança Pública – CICSP”.

DECRETO Nº 1.066, DE 3 DE JUNHO DE 2014

Estabelece, nos dias das partidas da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014, o horário do expediente nas repartições públicas integrantes da administração direta e indireta do Poder Executivo, e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.075, DE 20 DE JUNHO DE 2014

Homologa a Resolução nº 001/2014, de 13 de junho de 2014, do Conselho Superior da Polícia Civil, que instituiu a Medalha de Mérito do Ensino Policial Civil Delegado “Francisco Sales de Carvalho”.

DECRETO Nº 1.076, DE 24 DE JUNHO DE 2014

Institui, no âmbito do Estado do Pará, os Comitês Gestor e Operacional do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água “ÁGUA PARA TODOS”, e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.087, DE 27 DE JUNHO DE 2014

Altera dispositivos do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001.

DECRETO Nº 1.088, DE 27 DE JUNHO DE 2014

Altera dispositivos do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS-PA, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001.

DECRETO Nº 1.089, DE 27 DE JUNHO DE 2014

Dispõe sobre o valor adicionado, índices de valor adicionado e índices percentuais de distribuição, aos Municípios, das parcelas do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.

DECRETO Nº 1.095, DE 1º DE JULHO DE 2014

Institui o co-financiamento Estadual da Atenção Básica em Saúde aos municípios do Pará.

DECRETO Nº 1.097, DE 4 DE JULHO DE 2014

Altera o art. 9º do Decreto nº. 755, de 11 de junho de 2013, e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.098, DE 9 DE JULHO DE 2014

Disciplina a movimentação da conta bancária do Contrato firmado pelo Estado do Pará junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES, para o Programa de Investimentos para Municípios localizados na Área de Influência da Vale no Estado.

DECRETO Nº 1.101, DE 16 DE JULHO DE 2014

Altera dispositivos do Decreto nº 885, de 30 de outubro de 2013, que institui o Programa de Regularização Fiscal - PROREFIS e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.100, DE 16 DE JULHO DE 2014

Disciplina a movimentação da conta bancária do Contrato firmado pelo Estado do Pará junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Fundo Amazônia, para as Ações de Monitoramento, Prevenção e Combate ao Desmatamento decorrente de Incêndios Florestais e Queimadas não autorizadas no Estado do Pará.

DECRETO Nº 1.087, DE 27 DE JUNHO DE 2014

Altera dispositivos do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001.

DECRETO Nº 1.088, DE 27 DE JUNHO DE 2014

Altera dispositivos do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação- RICMS-PA, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001.

DECRETO Nº 1.102 , DE 24 DE JULHO DE 2014

Retifica o Decreto nº 1.152, de 22 de julho de 2008, que declarou a falsidade do Título Definitivo nº 23 em nome de ADELINO OLIVEIRA BASTOS.

DECRETO Nº 1.103, DE 24 DE JULHO DE 2014

Disciplina a movimentação da conta bancária do Contrato firmado pelo Estado do Pará junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Fundo Amazônia, para apoiar a consolidação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) de Imóveis Rurais e o Fortalecimento da Gestão Ambiental Municipal, de modo a contribuir para o combate ao desmatamento e à degradação florestal no Estado.

DECRETO Nº 1.105, DE 1º DE AGOSTO DE 2014

Regulamenta a Lei nº 7.772, de 23 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a dispensa de ajuizamento de Ação de Execução Fiscal e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.106, DE 22 DE AGOSTO DE 2014

Estabelece critérios para a realização de procedimentos licitatórios de prestação de serviços de fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, no âmbito do Poder Executivo Estadual.

DECRETO Nº 1.108, DE 27 DE AGOSTO DE 2014

Altera o Decreto nº 894, de 11 de novembro de 2013.

DECRETO Nº 1.109, DE 28 DE AGOSTO DE 2014

Dispõe sobre os índices percentuais de distribuição aos Municípios das parcelas do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.

DECRETO Nº 1.116, DE 2 DE SETEMBRO DE 2014

Estabelece o limite máximo de receita bruta anual, para efeito de recolhimento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, na forma do Simples Nacional, para o ano-calendário de 2015.

DECRETO Nº 1.133, DE 23 DE SETEMBRO DE 2014

Altera o Decreto nº. 986, de 17 de setembro de 1980, que criou a Ordem do Mérito Policial Militar Coronel Fontoura.

DECRETO Nº 1.154, DE 9 DE OUTUBRO DE 2014

Regulamenta a Lei nº 8.027, de 21 de julho de 2014, que dispõe sobre transporte intermunicipal de passageiros em veículos de aluguel na modalidade lotação no Estado do Pará.

DECRETO Nº 1.155, DE 9 DE OUTUBRO DE 2014

Torna facultativo o expediente nas repartições públicas integrantes da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.156, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

Declara de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, localizado no Distrito de Icoaraci, Município de Belém-PA, e determina providências.

DECRETO Nº 1.180, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014

Altera dispositivos do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – RICMS-PA, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001.

DECRETO Nº 1.181, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014

Torna facultativo, nos dias 24, 26 e 31 de dezembro de 2014, o expediente nas repartições públicas integrantes da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado do Pará, e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.182, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014

Altera dispositivos do Decreto nº 4.478, de 3 de janeiro de 2001, que define normas relativas à coleta de dados necessários à apuração do valor adicionado para efeitos de cálculo dos Índices de Participação dos Municípios Paraenses no Produto da Arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.183, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014

Institui os símbolos representativos e honrosos do Corpo de Bombeiros Militar do Pará.

DECRETO Nº 1.184, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014

Homologa a Resolução nº 248/2014-CONSEP, de 21 de novembro de 2014, do Conselho Estadual de Segurança Pública, que trata da “Instituição da Medalha de Honra ao Mérito Pericial Dr. Renato Chaves”.

PORTARIAS – SEDUC**PORTARIA Nº 001/2014-GS/SEDUC**

Instituir o Centro de Estudos Supletivos “Prof. Luiz Octávio Pereira” – CES, localizado na Tv. Deodoro de Mendonça, 53 – São Braz CEP: 66 090-150 - Belém/PA, como unidade certificadora do Exame Nacional do Ensino Médio edição 2013.

PORTARIA Nº 919/2014 DE 17 DE OUTUBRO DE 2014- GS/SEDUC

Institui o Sistema Paraense de Avaliação Educacional – SisPAE e dá outras providências.

PORTARIAS – SUSIPE

PORTARIA Nº. 001/2014- CGP/SUSIPE

Os Diretores das Unidades Prisionais do Sistema Penitenciário do Estado do Pará deverão comunicar à Corregedoria-Geral Penitenciária todos os casos de morte natural, homicídio, consumado ou tentado, e suicídio de presos pertencentes à população carcerária.

PORTARIA Nº. 002/2014- CGP/SUSIPE

Os Diretores das Unidades Prisionais do Sistema Penitenciário do Estado do Pará deverão comunicar à Corregedoria-Geral Penitenciária todos os casos de fuga, ainda que frustrada, de presos pertencentes à população carcerária.

PORTARIA Nº. 420/2014-CGP/SUSIPE BELÉM

Define como de tramitação prioritária e urgente os procedimentos investigativos ou disciplinares cujo objeto diga respeito a atos de violência ou tortura praticados por servidor público contra presos, provisórios ou condenados, custodiados nas Unidades Penitenciárias do Pará.

PORTARIAS – SEFA

PORTARIA Nº 004, DE 30 DE JANEIRO DE 2014 – SEFA

Divulgar a Execução Orçamentária do Governo do Estado, realizada e registrada no SIAFEM pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, relativa ao bimestre novembro / dezembro de 2013.

PORTARIA CONJUNTA SEAD/SEFA Nº 677 DE 02 DE SETEMBRO DE 2014

Estabelece procedimentos quando das aquisições dos materiais e equipamentos de processamento de dados, utilizados pela Administração Pública Estadual.

PORTARIA CONJUNTA Nº 099 DE 18.11.2014-SEFA/SEPOF/SEAD/AGE

Estabelece os procedimentos e as normas a serem adotados pelos órgãos e entidades da administração pública estadual direta e indireta, para o encerramento anual da execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do exercício financeiro de 2014, e dá outras providências correlatas.

PORTARIA Nº 102, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014 - SEFA

Informar o valor da Quota do ICMS, aos Municípios, período: 01 a 30/11/2014.

PORTARIA Nº 103, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014 - SEFA

Informar o valor da Quota Parte do IPI Exportação, aos Municípios, período: NOVEMBRO/2014.

PORTARIA Nº 104, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014 - SEFA

Informar o valor da Quota Parte do IPVA, aos Municípios, período: 01 a 30/11/2014.

PORTARIA Nº 109, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014 - SEFA

Altera dispositivo da PORTARIA Nº 058, de 24 de julho de 2014, que institui o Projeto Piloto da Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica – NFC-e.

PORTARIA Nº 110, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014 - SEFA

Fixar a expressão monetária da Unidade Padrão Fiscal do Estado do Pará - UPF-PA, para vigorar no exercício fiscal de 2015.

PORTARIAS – DETRAN

PORTARIA nº. 007/2014-dg, de 02 de janeiro de 2014 – DETRAN

Estabelecer a nova etapa do processo de habilitação de condutores da Categoria “B”, com realização de aulas em simulador de prática de direção veicular.

PORTARIAS – ITERPA

PORTARIA Nº 032, DE 21 DE JANEIRO DE 2013 – ITERPA

AUTORIZAR a expedição do 2º Termo de Retificação do Título de Reconhecimento do Domínio Coletivo, expedido em favor da ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS DAS ILHAS DE ABAETETUBA - ARQUIA, em 05 de junho de 2002, para excluir do referido título a comunidade denominada CAMPOPEMA, bem como, incluir as comunidades denominadas ARAPAPUZINHO e RIO IPANEMA;

PORTARIA Nº 033, DE 21 DE JANEIRO DE 2014 – ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 1,3951ha (um hectare, trinta e nove ares e cinquenta e um centiares), inserta no Município de Benevides, s/ denominação.

PORTARIA Nº 034, DE 21 DE JANEIRO DE 2014 – ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 1,0228ha (um hectare, dois ares e vinte e oito centiares), inserta no Município de Benevides, s/ denominação.

PORTARIA Nº 01132, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013 – ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluída em poligonal com área total de 6,5284ha (seis hectares, cinquenta e dois ares e oitenta e quatro centiares), inserta no Município de Santa Izabel do Pará, denominada “SÍTIO CAJÚ”

PORTARIA Nº 090 – ITERPA

Arrecada, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 69,1820ha (sessenta e nove hectares, dezoito ares e vinte centiares), inserta no Município de Mocajuba, denominada “BAZAR ALEGRE”.

PORTARIA Nº 102 – ITERPA

Arrecada, áreas de terras devolutas, incorporando-as ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com área total de 1.299,4093ha (Mil duzentos e noventa e nove hectares, quarenta ares e noventa e tres centiares), situada nos Municípios de Baião com 481,0361ha e Mojú com 818,3747ha, denominada “SÍTIO RAI DE SOL”.

PORTARIA Nº 0115 – ITERPA

Arrecada, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 4.439,8318ha. (quatro mil, quatrocentos e trinta e nove hectares, oitenta e três ares e dezoito centiares), inserta no Município de Paragominas, denominada “GLEBA RIO CAPIM I”.

PORTARIA Nº 0116 – ITERPA

Arrecada, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 7.453,6121ha (sete mil, quatrocentos e cinquenta e três hectares, sessenta e um ares e vinte e um centiares), inserta no Município de Paragominas, denominada “GLEBA RIO CAPIM II”.

PORTARIA Nº 0117 – ITERPA

Arrecada, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 1.713,8420ha. (um mil, setecentos e treze hectares, oitenta e quatro ares e vinte centiares), inserta no Município de Paragominas, denominada “GLEBA RIO SURUBIJU”.

PORTARIA Nº 0157 – ITERPA

Arrecada área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 27.047,7978ha (vinte e sete mil, quarenta e sete hectares, setenta e nove ares e setenta e oito centiares), inserta no Município de Tomé-Açu, denominada “GLEBA ARRAIA”, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA.

PORTARIA Nº 0256 – ITERPA, DE 16 DE MAIO DE 2014

Arrecada área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará.

PORTARIA Nº 0337, DE 26 DE JUNHO DE 2014 – ITERPA

Autoriza o resgate do aforamento em favor de Maurício Assunção Rezende, referente ao imóvel rural denominado “Castanhal e Fazanda Itacaiunas” ou “Pedra Grande”, situado no Município de Marabá.

PORTARIA Nº 0288-ITERPA

Arrecada área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 35,8728ha (trinta e cinco hectares, oitenta e sete ares e vinte e oito centiares), inserta no Município de Marapanim, denominada “FURO COMPRIDO”.

PORTARIA Nº 0317-ITERPA

Arrecada área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 49,9353ha (quarenta e nove hectares, noventa e três ares e cinquenta e três centiares), inserta no Município de Peixe Boi, denominada “SÍTIO SÃO SEBASTIÃO”.

PORTARIA Nº 0320-ITERPA

Arrecada área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 0,5243ha (cinquenta e dois ares e quarenta e três centiares), inserta no Município de Benevides, sem denominação.

PORTARIA Nº 0355-ITERPA

Arrecada área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 5.850,3566 (cinco mil, oitocentos e cinquenta hectares, trinta e cinco ares e sessenta e seis centiares), inserta no Município de Mocajuba, denominada “GLEBA RIO CAIRARI”.

PORTARIA Nº 0364-ITERPA

Arrecada área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 571,5023 (quinhentos e setenta e um hectares, cinquenta ares e vinte e tres centiares), inserta no Município de Bujaru, denominada “GLEBA CAJUÍRA II”.

PORTARIA Nº 0365-ITERPA

Arrecada área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 2.544,9754 (dois mil, quinhentos e quarenta e quatro hectares, noventa e sete ares e cinqüenta e quatro centiares), inserta no Município de Bujaru, denominada “GLEBA IGARAPEZINHO”.

PORTARIA Nº 0367-ITERPA

Arrecada área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 7.071, 0511 (sete mil, setenta e um hectares, cinco ares e onze centiares), inserta no Município de Baião, denominada “ GLEBA IGARAPÉ TAMBUÍ AÇÚ”.

PORTARIA Nº 0368-ITERPA

Arrecada área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 27,6497 (vinte e sete hectares, sessenta e quatro ares e noventa e sete centiares), inserta no Município de Santa Bárbara do Pará, sem denominação.

PORTARIA Nº 0436, DE 31 DE JULHO DE 2014 - ITERPA

Fica autorizado o RESGATE DO AFORAMENTO, em favor da empresa AGROPECUÁRIA UMUARAMA LTDA, referente ao imóvel rural denominado FAZENDA MUNDO NOVO, situado no Município de XINGUARA – Estado do Pará.

PORTARIA Nº 0478, DE 14 DE AGOSTO DE 2014 - ITERPA

Retificar a Portaria de arrecadação nº 01067, de 26 de maio de 2010, publicada no Diário Oficial do Estado nº 31.682, de 26 de maio de 2010.

PORTARIA Nº 0479, DE 14 DE AGOSTO DE 2014 - ITERPA

Retificar a Portaria de arrecadação nº 01068, de 26 de maio de 2010, publicada no Diário Oficial do Estado nº 31.682, de 26 de maio de 2010.

PORTARIA Nº 0480, DE 14 DE AGOSTO DE 2014 - ITERPA

Arrecadar área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 13,7268 ha (treze hectares, setenta e dois ares e sessenta e oito centiares), inserta no Município de Santa Isabel do Pará, denominada “FAZENDA SONHO VERDE”, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA.

PORTARIA Nº 0493, DE 18 DE AGOSTO DE 2014 - ITERPA

Arrecadar área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 64.476,5879ha (sessenta e quatro mil, quatrocentos e setenta e seis hectares, cinquenta e oito ares e setenta e nove centiares), inserta no Município de Moju, denominada “GLEBA MOJU 4.

PORTARIA Nº 0497, DE 19 DE AGOSTO DE 2014 - ITERPA

Arrecadar área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 0,0300ha (três ares e zero centiares), inserta no Município de Marituba, sem denominação, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA.

PORTARIA Nº 0506, DE 20 DE AGOSTO DE 2014 - ITERPA

Arrecadar área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 40,0593ha (quarenta hectares, cinco ares e noventa e três centiares), inserta no Município de Bujaru, denominada “SÍTIO BOM JESUS”, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA.

PORTARIA Nº 0507, DE 20 DE AGOSTO DE 2014 - ITERPA

Retificar a Portaria de Arrecadação nº 0527, de 08 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial do Estado nº 32.003, de 21 de setembro de 2011.

PORTARIA Nº 0509, DE 21 DE AGOSTO DE 2014 - ITERPA

Retificar a Portaria de arrecadação nº 01146, de 16 de dezembro de 2009, publicada no Diário Oficial do Estado nº 31.570, de 22 de dezembro de 2009.

PORTARIA Nº 0510, DE 21 DE AGOSTO DE 2014 - ITERPA

Fica autorizado o RESGATE DO AFORAMENTO em favor de GERALDO ANTÔNIO RODRIGUES DE FREITAS, referente ao imóvel rural denominado “FAZENDA SERRA NORTE”, situado no Município de ELDORADO DOS CARAJÁS- Estado do Pará.

PORTARIA Nº 0513, DE 22 DE AGOSTO DE 2013 - ITERPA

Retificar a Portaria de Arrecadação nº 189, de 09 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial do Estado nº 30.923, de 11 de maio de 2007.

PORTARIA Nº 0528, DE 28 DE AGOSTO DE 2014- ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 294,6056ha (duzentos e noventa e quatro hectares, sessenta ares e cinquenta e seis centiares), inserta no Município de Salinópolis, denominada “POUSADA PARAÍSO”, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA.

PORTARIA Nº 0529, DE 28 DE AGOSTO DE 2014- ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 758,6197ha (setecentos e cinquenta e oito hectares, sessenta e um ares e noventa e sete centiares), inserta no Município de Tailândia, denominada “GLEBA VALE DO RIO DOCE”, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA.

PORTARIA Nº 0621, DE 17 DE SETEMBRO DE 2014- ITERPA

ARRECADAR área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 2,4421ha (dois hectares, quarenta e quatro ares e vinte e um centiares), inserta no Município de Marituba, sem denominação, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA.

PORTARIA Nº 0629, DE 18 DE SETEMBRO DE 2014- ITERPA

ARRECADAR área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 9.041,1927ha (nove mil e quarenta e um hectares, dezenove ares e vinte e sete centiares), inserta no Município de Moju, denominada “GLEBA MOJU III – PARTE B”, com especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA.

PORTARIA Nº 0630, DE 18 DE SETEMBRO DE 2014- ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 10.686,9041ha (dez mil, seiscentos e oitenta e seis hectares, noventa ares e quarenta e um centiares), inserta no Município de Moju, denominada “GLEBA MOJU III – PARTE D”, com especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA.

PORTARIA Nº 0665, DE 01 DE OUTUBRO DE 2014 - ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 1.206,2569ha (um mil, duzentos e seis hectares, vinte e cinco ares e sessenta e nove centiares), inserta no Município de Goianésia do Pará, denominada “FAZENDA MANAIN”.

PORTARIA Nº 0719- ITERPA DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014

Fica autorizado o RESGATE ADMINISTRATIVO do imóvel rural denominado “FAZENDA SÃO SEBASTIÃO I”, situado no Município de SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA.

PORTARIA Nº 0759, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014 - ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 0,4768ha (quarenta e sete ares e sessenta e oito centiares), inserta no Município de Santa Izabel do Pará.

PORTARIA Nº 0761, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014 - ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 9,8788ha (nove hectares, oitenta e sete ares e oitenta e oito centiares), inserta no Município de Santa Bárbara do Pará.

PORTARIA Nº 0762, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014 - ITERPA

Fica autorizado o RESGATE DO AFORAMENTO do imóvel rural denominado “FAZENDA BOA ESPERANÇA”, situado nos Municípios de XINGUARA e CURIÓNOPOLIS, Estado do Pará.

PORTARIA Nº 0769, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014 - ITERPA

Fica autorizado o RESGATE DO AFORAMENTO referente ao imóvel rural denominado “FAZENDA MUNDO NOVO”, situado no Município de XINGUARA - Estado do Pará.

PORTARIA Nº 0774, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014 - ITERPA

Arrecada área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 12,5146ha (doze hectares, cinquenta e um ares e quarenta e seis centiares), insere no Município de Monte Alegre, denominada “SÍTIO SÃO FRANCISCO SÃO JOÃO”.

PORTARIAS – SEMA

PORTARIA Nº 063/2014-GAB/SEMA, DE 15 DE JANEIRO DE 2014 – SEMA

Instituir a metodologia de análise de geoprocessamento, no âmbito desta Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará - SEMA/PA, para áreas exploradas no passado sem autorização do órgão ambiental competente, que forem objeto de pedido de Autorização Prévia à Análise Técnica de Plano de Manejo Florestal Sustentável – APAT.

PORTARIA CONJUNTA SEMA/PMV Nº 04

Dispõe sobre a criação de Comitê Técnico para apoiar e acompanhar a definição, divulgação e fiscalização das atividades e empreendimentos situados em áreas desmatadas ilegalmente no Estado do Pará, conforme Decreto Estadual nº 838, de 24 de setembro de 2013.

PORTARIA Nº 1.432/2014-SEMA

Aprova o Regimento Interno da Câmara de Compensação Ambiental do Estado do Pará – CCA/PA e dá outras providências.

PORTARIA Nº 1.912, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014- SEMA

Dispõe sobre a concessão de Licença de Atividade Rural- LAR referente à atividade agrossilvipastoril, a ser realizada em área de Uso Alternativo do Solo consolidada antes de 22 de julho de 2008 sem autorização de supressão, mediante prévia assinatura do Termo de Compromisso Ambiental Agrossilvipastoril- TCAA, e dá outras providências.

PORTARIA Nº 1.979, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014- SEMA

Altera o art. 3º da Portaria nº 583/2011- GAB/SEMA, de 15 de abril de 2011, que institui o Conselho da Área de Proteção Ambiental Triunfo do Xingu

PORTARIA Nº 2615/2014-GAB/SEMA DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014

Dispõe sobre o embargo administrativo de áreas irregularmente desmatadas, nos termos da Instrução Normativa nº 07, de 19 de novembro de 2014, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará – SEMA/PA.

PORTARIAS – SEICOM

PORTARIA Nº 052/2014 – GS/SEICOM, DE 15 DE MAIO DE 2014

Institui o Núcleo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais no Estado do Pará – NE-APLs/PA.

PORTARIA Nº 052/2014 - GS/SEICOM

Instituir o Núcleo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais no Estado do Pará – NE-APLs/PA.

PORTARIAS – MPE

PORTARIA Nº 238/2014-MP/PGJ

Fica criado no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará o Grupo de Trabalho denominado “A Infância e Juventude e a Atuação do Ministério Público no Estado do Pará”, composto por Promotores de Justiça.

PORTARIA Nº 3508/2014-MP/PGJ, DE 05 DE JUNHO DE 2014

Disciplina a cessão de servidores no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará.

PORTARIA Nº 6.421 DE 01 DE OUTUBRO DE 2014- MP/PGJ

Institui o Grupo de Apoio Técnico Interdisciplinar (GATI) no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará.

PORTARIA Nº 7716/2014 - MP/PGJ

Institui o Regulamento para Promoção por Merecimento, referente aos biênios 2011-2013 e 2012-2014.

PORTARIAS – ADEPARA

PORTARIA 159/2014 –ADEPARÁ

Dispõe sobre o Regulamento de Identidade Técnica e Qualidade Higiênico-Sanitária de Carne de Caranguejo Congelada e Patas de Caranguejo Congeladas.

PORTARIA Nº 0376 /2014 - ADEPARÁ, 20 DE FEVEREIRO DE 2014

Dispõe, no âmbito da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará-Adepará, sobre a Regulamentação do Conselho Estadual de Saúde Animal-CESA.

PORTARIA Nº 799/2014 – ADEPARÁ

Dispõe sobre a Proibição da produção, da comercialização e a utilização de Produtos e Sub-Produtos, Resíduos e materiais de Origem Animal que especifica, em todo o Estado do Pará e dá outras providências.

PORTARIA Nº 0592/2014 – ADEPARÁ

Disciplina a Avaliação Mensal de Desempenho Técnico, Operacional e Administrativo, em todas as Unidades que compõem a Agência Agropecuária do Estado.

PORTARIA Nº 0532 / 2014 – ADEPARÁ

Disciplina a Reforma da Estrutura Administrativa Básica da Agência Agropecuária do Estado do Pará e estabelece parâmetros para a sua Aprovação e Consolidação como Regimento Interno da ADEPARÁ, junto ao Governo do Estado.

PORTARIA Nº 2634/2014 - ADEPARÁ

Dispõe sobre a prevenção, o controle da disseminação da praga Ferrugem Asiática da Soja no âmbito do estado do Pará e dá outras providências.

PORTARIA Nº 2635/2014 - ADEPARÁ

Dispõe sobre a prevenção, o controle da disseminação da praga Helicoverpaarmigera no âmbito do estado do Pará e dá outras providências.

PORTARIA Nº 2636/2014 - ADEPARÁ

Constitui, sem ônus para o erário, o Comitê Estadual de Controle da Ferrugem Asiática da Soja.

PORTARIA Nº 2634 /2014 - ADEPARÁ

Dispõe sobre a prevenção, o controle da disseminação da praga Ferrugem Asiática da Soja no âmbito do estado do Pará e dá outras providências. (Republicada)

PORTARIA Nº 2635 /2014 - ADEPARÁ

Dispõe sobre a prevenção, o controle da disseminação da praga Helicoverpa armigerana âmbito do estado do Pará e dá outras providências. (Republicada)

PORTARIA Nº 2.841/2014 - ADEPARÁ

Dispõe sobre a aprovação da Instrução Normativa que estabelece especificações para a utilização correta e padronizada do carimbo de identificação do serviço oficial de inspeção vegetal do Estado do Pará e dá outras providências.

PORTARIA Nº 2.810, DE 07 DE AGOSTO DE 2014- ADEPARÁ

Dispõe sobre a aprovação do registro de rótulo e dos modelos de carimbo a serem utilizados pelo Serviço de Inspeção Estadual do Pará (SIE/PA), da ADEPARÁ.

PORTARIA Nº 3.671 DE 30 DE SETEMBRO DE 2014- ADEPARÁ

Aprova o Regulamento Técnico de Produção do Queijo Regional de Paragominas e dá outras providências.

PORTARIA Nº 3.691 DE 01 DE OUTUBRO DE 2014- ADEPARÁ

Aprova as normas para entrada no Estado do Pará, de camarão seco e salgado.

PORTARIA Nº 3.672 DE 02 DE OUTUBRO DE 2014- ADEPARÁ

Dispõe sobre a Habilitação Sanitária do estabelecimento agroindustrial rural tipo Agricultura Familiar no Estado e dá outras providências.

PORTARIA Nº 5158 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014 – ADEPARÁ

Dispõe sobre a alteração dos valores arrecadados com taxas e multas referentes à emissão de guias de trânsito animal – GTA, e procedimentos complementares para o controle de trânsito no Estado do Pará.

PORTARIAS – SETUR**PORTARIA Nº. 028/2014 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2014**

Dispõe sobre princípios e normas ético-profissionais aplicáveis aos servidores e ou agentes públicos, que integram a Secretaria de Estado de Turismo – Setur.

PORTARIAS – PGE**PORTARIA Nº 074/2014-PGE.G., DE 13 DE FEVEREIRO DE 2014**

Constitui a Comissão Editorial para a elaboração da Revista da Procuradoria-Geral do Estado do Pará, volume 22.

PORTARIA Nº 106/2014-PGE.G., DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014

Promove os servidores do Quadro Permanente de Pessoal de Apoio da Procuradoria-Geral do Estado, ao Nível II.

PORTARIA Nº 393/14-PGE.G., DE 20 DE JUNHO DE 2014

Disciplina a quinta eleição dos membros do Conselho Diretor previsto no art. 27, § 2º, acrescentado à Lei Complementar nº 041, de 29 de agosto de 2002, pela Lei Complementar nº 056, de 28 de junho de 2006.

PORTARIA Nº 459/14-PGE

Disciplina a quinta eleição dos membros do Conselho Diretor previsto no art. 27, § 2º, acrescentado à Lei Complementar nº 041, de 29 de agosto de 2002, pela Lei Complementar nº 056, de 28 de junho de 2006.

PORTARIAS – AGE

PORTARIA AGE Nº 016/2014

Estabelece procedimentos, de forma suplementar à Instrução Normativa Conjunta AGE/SEFA Nº 002/2013, a serem observadas pela Administração Indireta do Poder Executivo Estadual.

PORTARIA Nº 117, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014 - AGE

Define o perfil profissional para designação de Agente Público de Controle – APC e acesso aos Sistemas Corporativos no âmbito desta Auditoria Geral do Estado – AGE.

PORTARIA Nº 118/2014 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014 - AGE

Dispõe sobre a necessidade de encaminhamento de informações constantes da Instrução Normativa AGE Nº 001/2014, também em formato eletrônico, via internet, a partir do Exercício 2014.

PORTARIAS – CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

PORTARIA Nº 811 - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

Aprova Normas Reguladoras para Exame Físico dos Candidatos ao Ingresso nos Cursos de Formação de Oficiais e Praças e Adaptação de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar do Pará.

PORTARIAS – SEAD

PORTARIA Nº 085/2014 – GS DE 31 DE JANEIRO DE 2014

Torna público as metas das Unidades administrativas da Secretaria de Estado de Administração, previstas para o 1º quadrimestre/2014, conforme anexo, referentes ao processo de Avaliação de Desempenho.

RECOMENDAÇÃO CONJUNTA MPT/MPE Nº. 04/2013. PORTARIA Nº. 088/2014 – GS/SEAD DE 07 DE FEVEREIRO DE 2014.

Determinar a observância das seguintes diretrizes, em estrita conformidade com a Recomendação Conjunta MPT/MPE nº 04/2013, nos concursos públicos realizados no âmbito do Poder Executivo Estadual.

PORTARIA SEAD Nº 194

Dispõe sobre o Planejamento Anual de Compras dos Bens e Serviços Comuns do Poder Executivo do Estado do Pará a ser realizado pela Secretaria de Estado de Administração.

PORTARIA CONJUNTA SEAD/SEFA Nº 677 DE 02 DE SETEMBRO DE 2014

Estabelece procedimentos quando das aquisições dos materiais e equipamentos de processamento de dados, utilizados pela Administração Pública Estadual.

PORTARIA Nº 890 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014 - SEAD

Dispõe sobre o Plano Anual de Compras de 2015, dos Bens e Serviços Comuns da Administração Pública Estadual, a ser realizado pela Secretaria de Estado de Administração – SEAD.

PORTARIAS – TJ/PA**PORTARIA Nº0035/2014-GP – TJ/PA**

Torna público que no período de janeiro a dezembro de 2014 não haverá expediente no Poder Judiciário do Estado do Pará, nas datas definidas como feriados nacionais, e estaduais definidos no anexo I.

PORTARIA Nº0939/2014-GP – TJ/PA

Declara ponto facultativo no dia 17.04.2014, com a consequente suspensão do expediente, dos prazos processuais, das audiências e do atendimento ao público em todos os órgãos do Poder Judiciário do Estado do Pará, sem prejuízo do plantão judicial e dos serviços essenciais.

PORTARIA Nº 3.327 DE 08 DE OUTUBRO DE 2014- GP/TJ

Determinar a suspensão do expediente forense no dia 13 de outubro de 2014 em todos os órgãos do Poder Judiciário do Estado do Pará, sem prejuízo do plantão judicial e dos serviços essenciais.

PORTARIA Nº 3.481 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014- TJ/PA

Transferir o ponto facultativo de 28 de outubro de 2014 (terça-feira) para 31.10.2014 (sexta-feira).

PORTARIA Nº 3.512 DE 23 DE OUTUBRO DE 2014- TJ/PA

Determinar a suspensão do expediente forense no dia 27 de outubro de 2014 em todos os órgãos do Poder Judiciário do Estado do Pará, sem prejuízo do plantão judicial e dos serviços essenciais.

PORTARIA Nº 3936/2014- TJ DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014

Dispõe sobre a suspensão dos prazos processuais para implantação do Sistema de Gestão do Processual Judicial- Libra, no Tribunal de Justiça, e dá outras providências.

PORTARIA Nº 0035/2014 - GP/TJ-PA

Tornar Público que no período de janeiro a dezembro de 2014 não haverá expediente no Poder Judiciário do Estado do Pará, nas datas definidas como feriados nacionais, e estaduais.

PORTARIA Nº 4208/2014 – GP/TJ-PA

Dispõe sobre a suspensão do expediente forense no período de 20 de dezembro de 2013 a 06 de janeiro de 2014, além de outras providências.

PORTARIA Nº 3374/2014 - GP/TJ-PA

Suspende os prazos processuais no período compreendido entre 07 e 20 de janeiro de 2015.

PORTARIAS – SESPA

PORTARIA CONJUNTA SEEPDS/SESPA Nº 571, DE 13 DE JUNHO DE 2014

Determina a Diretoria Administrativa e Financeira- DAF e Diretoria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde- DGTES, que adotem as seguintes medidas administrativas imediatas, para redução de despesas com pessoal, a fim de adequação a lei de responsabilidade fiscal;

PORTARIA Nº DE 820 /2014 - SESPA

Define procedimento a ser adotado pela Secretaria de Estado de Saúde Pública – SESPA, a fim de disponibilizar as entidades representativas de enfermos na área de saúde, entidades de classe, por meio da rede mundial de computadores, acesso amplo e irrestrito às informações do estoque de medicamentos da SESPA.

PORTARIA Nº 020/2014-CIR

Nomeia os representantes (titulares e suplentes) da Comissão Intergestores Regional Baixo Amazonas – CIRBA/ SUS/9ºCRS/SESPA constituída por 19 (dezenove) membros, sendo 14 (quatorze) Secretários Municipais de Saúde e 5 (cinco) integrantes da representação estadual composto por diretores do nível central e regional.

PORTARIAS – SEAS

PORTARIA Nº 115, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2014

Dispõe sobre procedimentos à gestão e concessão dos Benefícios Eventuais em situações de Vulnerabilidade Temporária, de Calamidade Pública e de Situação de Emergência, nos termos da Lei Estadual Nº 7.789, de 09 de janeiro de 2014 e Lei 8.742/93;

PORTARIA Nº 1200/SEAS

Institui o Núcleo Estadual de Educação Permanente do SUAS (NEEP/SUAS) no processo de implementação da PNEP/SUAS no Estado do Pará.

PORTARIAS – TCE/PA

PORTARIA Nº 28.743 DE 08 DE AGOSTO DE 2014 - TCE/PA

O pagamento da gratificação pela atividade de docência no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), observa o disposto nesta Portaria.

PORTARIAS – PC/PA

PORTARIA Nº 001, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014- PC/PA

Determinar as Diretorias responsáveis para que realizem o levantamento real das necessidades da prática de Plantões Remunerados e comunicá-las através de justificativa previamente estabelecida.

PORTARIA Nº 128 DE 15 DE SETEMBRO DE 2014- DGPC

PROIBIR, em todo território do Estado do Pará, no dia 05 de Outubro de 2014 e no dia 26 de Outubro de 2014, se houver segundo turno, a venda e o fornecimento, ainda que gratuito, de bebidas alcoólicas, por bares, restaurantes, lanchonetes, trailer, quiosques, boates e outros estabelecimentos comerciais e similares, bem como, por vendedores ambulantes, no período compreendido entre 00:00 (zero) e 18:00 (dezoito) horas.

PORTARIA Nº 143 DE 30 DE SETEMBRO DE 2014- DGPC

Determinar que todos os policiais civis designados para exercer atividades no interior do Estado permaneçam em seus respectivos Municípios de lotação até a conclusão do pleito eleitoral, cuja folga correspondente será compensada oportunamente.

PORTARIA Nº 158 DE 21 DE OUTUBRO DE 2014- DGPC

Revogar os termos da Portaria nº 128/2014-DGPC/DIVERSOS,15.09.2014, publicada no DOE nº 32.741.

PORTARIAS – COMITÊ TÉCNICO DE SAÚDE ESTADUAL DE SAÚDE INTEGRAL PORTARIA SNº DO COMITÊ TÉCNICO ESTADUAL DE SAÚDE INTEGRAL À POPULAÇÃO DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS- LGBT

Institui Comitê Técnico Estadual de Saúde Integral à População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais-- LGBT e dá providências correlatas.

PORTARIAS – CONED/SEJUDH

PORTARIA Nº 13/2014 – CONED/SEJUDH

Dispõe sobre o Registro de Entidades que atuam na orientação, prevenção, tratamento, reinserção social e ocupacional ou redução de danos sociais, no campo do uso e abuso de álcool e outras drogas, no âmbito do Estado do Pará, perante o Conselho estadual sobre Drogas.

PORTARIAS – IOE

PORTARIA Nº 203 - IOE DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014

Dispõe sobre normas para o acesso, envio e publicação de documentos no Diário Oficial do Estado do Pará.

INSTRUÇÕES NORMATIVAS – POLÍCIA CIVIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 002/2013 – POLÍCIA CIVIL

Para habilitar-se à premiação pecuniária de que trata a Lei Estadual nº 7.727, de 24/07/2013, regulamentada pelo Decreto nº 890 de 08/11/13, o Policial Civil ou Militar deverá preencher o requerimento (Anexo I) e protocolar junto à Corregedoria Geral da Polícia Civil, acompanhado dos documentos de que trata artigo 9º do referido Decreto.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2014 – POLÍCIA CIVIL

Dispõe sobre a instauração, advocatura, tramitação e redistribuição de procedimentos policiais.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2014/DGPC/GAB DE 17.02.2014 – PC

Para habilitar-se à premiação pecuniária de que trata a Lei Estadual nº 7.727, de 24/07/2013, regulamentada pelo Decreto nº 890 de 08/11/13, o Policial Civil ou Militar deverá preencher o requerimento, conforme modelo.

INSTRUÇÕES NORMATIVAS – SEMA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001, DE 14 DE JANEIRO DE 2014 – SEMA

Estabelece a obrigatoriedade da Autorização Prévia à Análise Técnica de Plano de Manejo Florestal Sustentável - APAT, como requisito prévio à prática do manejo florestal sustentável de uso múltiplo, e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 09, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013 – SEMA

Dispõe sobre a criação da Declaração Ambiental e sobre do Relatório Ambiental Anual, como atos autorizativos e instrumentos simplificados de controle das atividades de manejo, extração e produção de palmito e frutos da espécie açaí, realizados em florestas nativas de várzeas por populações agroextrativistas no Estado do Pará, e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº11 DE 10 DE JANEIRO DE 2014 – SEMA

Estabelece a obrigatoriedade da Autorização Prévia à Análise Técnica de Plano de Manejo Florestal Sustentável - APAT, como requisito prévio à prática do manejo florestal sustentável de uso múltiplo, e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 01 DE 13 DE JANEIRO DE 2014 – SEFA / SESPA

Estabelece procedimentos para fruição do benefício fiscal previsto no art. 100-Y do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, aprovado pelo Decreto n.º 4.676, de 18 de junho de 2001.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 008, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013 – SEMA

Institui o Calendário florestal, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará, que define os períodos para a apresentação, análise e aprovação dos Planos de Manejo florestal Sustentável - PMFS e dos Planos Operacionais Anuais - POA, bem como para a safra da exploração de madeira em florestas de terra firme e para o embargo das atividades de exploração florestal, no Estado do Pará.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014 – SEMA

Define procedimentos administrativos para a realização de limpeza e para a obtenção de autorização de supressão, a serem realizadas nas áreas de vegetação secundária em estágio inicial de regeneração, localizadas fora da Reserva Legal e da Área de Preservação Permanente - APP dos imóveis rurais, no âmbito do Estado do Pará.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 003 – SEMA

Dispõe sobre os procedimentos administrativos específicos para o protocolo de processos de solicitação de Outorga Preventiva, Outorga de Direito, Renovação e Dispensa de Outorga, no âmbito do Estado do Pará, e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 004/2014, DE 29 DE MAIO DE 2014 – SEMA

Estabelece procedimentos e critérios para a homologação, renovação e fiscalização dos cadastros constantes no Sistema de Gestão de Criadores de Passeriformes Silvestres-SISPASS, bem como para o recadastramento do Criador Amador de Passeriformes da Fauna Silvestre Nativa, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará - SEMA/PA.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 005/2014 – SEMA

Estabelece procedimentos e critérios para o cálculo de gradação de impacto ambiental, para fins de compensação ambiental, nos casos de licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA SEMA Nº 06 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre procedimentos e critérios, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará- SEMA/PA, para o licenciamento ambiental referente à extração de minério (areias, cascalhos e saibros) e beneficiamento associado, para utilização imediata na construção civil, e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA SEMA Nº 07 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre os procedimentos e critérios para autuação, embargo e divulgação decorrentes das infrações relativas ao desmatamento ilegal, monitorado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará - SEMA/PA, e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 08, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014 – SEMA

Institui o Calendário Florestal, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará - SEMA/PA, que define os períodos para a apresentação, análise e aprovação dos Planos de Manejo Florestal Sustentável - PMFS e dos Planos Operacionais Anuais - POA, bem como para a safra da exploração de madeira em florestas de terra firme e para o embargo das atividades de exploração florestal, no Estado do Pará, e dá outras providências.

INSTRUÇÕES NORMATIVAS – SEFA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001 DE 15 DE JANEIRO DE 2014 – SEFA

Dispõe sobre a comprovação de operações de saídas interestaduais e internacionais com mercadorias cujo ICMS fora retido anteriormente por substituição tributária.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002, DE 30 DE JANEIRO DE 2014 – SEFA

Estabelece procedimentos com relação aos estoques de óleo combustível.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 0020 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013 – SEFA

Altera dispositivo da Instrução Normativa n.º 0015/2008, que dispõe sobre os procedimentos inerentes aos contribuintes vinculados à Coordenadoria Executiva Especial de Administração Tributária de Grandes Contribuintes – CEEAT/GC e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002, DE 30 DE JANEIRO DE 2014 – SEFA

Estabelece procedimentos com relação aos estoques de óleo combustível.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2014 – SEFA

Altera a Instrução Normativa nº 0015, de 13 de agosto de 2012, que dispõe sobre a inclusão de estabelecimentos fornecedores no Programa Nota Fiscal Cidadã.

INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 004, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014 – SEFA

Altera dispositivos da Instrução Normativa n.º 0013, de 17 de agosto de 2005, que estabelece critérios para identificação da situação de regularidade de contribuintes de tributos estaduais e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA – SEAD / SEFA / SEPOF

O art. 11 da Instrução Normativa Conjunta nº 01, de 06 de novembro de 2012, que disciplina os procedimentos para a implementação dos mecanismos de controle e redução de gastos no que se refere à avaliação, revisão, apreciação e acompanhamento dos processos de licitação, dispensa, inexigibilidade e contratos tratados no Decreto nº 503, de 29 de agosto de 2012, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso III.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 006 – SEFA

Altera dispositivo da Instrução Normativa n.º 004, de 27 de fevereiro de 2014, que altera dispositivos da Instrução Normativa nº 0013, de 17 de agosto de 2005, que estabelece critérios para identificação da situação de regularidade de contribuintes de tributos estaduais e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 011 - SEFA

Dispõe sobre os procedimentos técnicos e operacionais para emissão da Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica - NFC-e e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 012 - SEFA

Estabelece procedimentos para a fruição do benefício fiscal de que trata o Decreto n.º 885, de 30 de outubro de 2013, que institui o Programa de Regularização Fiscal - PROREFIS.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 004 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014 – ARCON

Dispõe sobre o parcelamento de créditos da Agência de Regulação e controle de Serviços Públicos do Estado do Pará de natureza tributária e não tributária.

INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA – SEAD / SEFA / SEPOF

O art. 11 da Instrução Normativa Conjunta nº 01, de 06 de novembro de 2012, que disciplina os procedimentos para a implementação dos mecanismos de controle e redução de gastos no que se refere à avaliação, revisão, apreciação e acompanhamento dos processos de licitação, dispensa, inexigibilidade e contratos tratados no Decreto nº 503, de 29 de agosto de 2012, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso III.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 014 DE 09 DE SETEMBRO DE 2014- SEFA

Altera dispositivos da Instrução Normativa n.º 16, de 4 de abril de 2002, que dispõe sobre o parcelamento de créditos da Fazenda Pública Estadual de natureza tributária e não tributária inscritos na Dívida Ativa, e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 019 DE SETEMBRO DE 2014- SEFA

Estabelece os procedimentos necessários ao credenciamento das embarcações pesqueiras à fruição do benefício fiscal na aquisição de óleo diesel e ao ressarcimento do imposto.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 022, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014 – SEFA

Acrescenta dispositivo à Instrução Normativa n.º 001, de 15 de janeiro de 2014, que dispõe sobre a comprovação de operações de saídas interestaduais e internacionais com mercadorias cujo ICMS fora retido anteriormente por substituição tributária.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 23, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014 – SEFA

Altera a Instrução Normativa n.º 0015, de 13 de agosto de 2012, que dispõe sobre a inclusão de estabelecimentos fornecedores no Programa Nota Fiscal Cidadã.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 24, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014 – SEFA

Altera dispositivos da Instrução Normativa n.º 0006, de 7 de junho de 2013, que dispõe sobre o parcelamento de créditos tributários relativos ao Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 25, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014 - SEFA

Aprova o calendário de vencimentos e a tabela de valores, referentes ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, para o exercício fiscal de 2015, e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 026, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014 - SEFA

Dispõe sobre a apuração do valor adicionado das empresas extratoras de minério e de substâncias minerais dos Municípios paraenses no produto da arrecadação do ICMS.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 28, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014 - SEFA

Dispõe sobre a obrigatoriedade de utilização de Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica – NFC-e.

INSTRUÇÕES NORMATIVAS – ARCON**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 005 – ARCON**

Dispõe sobre o parcelamento em cota única e Taxa de Regulação de Operador Alternativo – cota única e dá outras providências.

INSTRUÇÕES NORMATIVAS – SEICOM**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2014 – SEICOM**

Estabelece formas e novos prazos de revalidação do “Certificado de Registro” (CR).

INSTRUÇÕES NORMATIVAS – SEDUC**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2014-GS/SEDUC, DE 11 DE JUNHO DE 2014 – SEDUC**

Disciplina a liberação de recursos aos municípios, para custear as despesas relativas ao transporte escolar dos alunos matriculados na Rede Pública Estadual de Ensino.

INSTRUÇÕES NORMATIVAS – SEAD

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03, DE 10 DE JUNHO DE 2014 – DGL/SEAD

Altera o Art. 4º, da Instrução Normativa nº. 005, de 03 de setembro de 2013, que dispõe sobre o Cadastramento de Fornecedores e Prestadores de Serviços do Governo do Estado do Pará.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 004, DE 28 DE AGOSTO DE 2014- SEAD

Dispõe sobre os procedimentos de Gestão das Atas de Registro de Preços Promovidas pelos Órgãos Gerenciadores.

INSTRUÇÕES NORMATIVAS – IDEFLOR

INSTRUÇÃO NORMATIVA 001/2014 - IDEFLOR

Estabelece procedimentos para rescisão contratual e aplicação das sanções administrativas previstas nos contratos de concessão florestal celebrados com o IDEFLOR.

INSTRUÇÕES NORMATIVAS – ADEPARA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2014 – ADEPARA

Dispõe sobre o comércio e cadastro de comerciantes de sementes e mudas do Estado do Pará.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03 DE 12 DE SETEMBRO DE 2014- ADEPARÁ

Adota e regulamenta a emissão de Guias de Trânsito Animal em formato eletrônico – e-GTA no Estado do Pará.

INSTRUÇÕES NORMATIVAS – SEEL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 01 - SEEL

Normatiza a concessão de apoio financeiro ao fomento do esporte e dá outras providências.

INSTRUÇÕES NORMATIVAS – IASEP

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001 - IASEP

Estabelece normas para o recebimento, o rateio e repasse de honorários advocatícios devidos aos Procuradores Autárquicos Fundacionais lotados no IASEP decorrentes do § 1º do art. 11 da Lei nº 7.748/2013 e dos demais honorários de sucumbência judiciais e extrajudiciais.

INSTRUÇÕES NORMATIVAS – FUNDEFLO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001 - FUNDEFLO

Dispõe sobre o detalhamento operativo e distributivo da aplicação dos recursos do FUNDEFLO através do seu Conselho Deliberativo.

INSTRUÇÕES NORMATIVAS – AGE

INSTRUÇÃO NORMATIVA AGE Nº001 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a definição de procedimentos adicionais a serem observados pelos Órgãos/Entidades integrantes do Poder Executivo Estadual por ocasião da Prestação de Contas de Gestão de Recursos Públicos Estaduais Anual junto ao Tribunal de Contas do Estado - TCE.

INSTRUÇÕES NORMATIVAS – SEPAQ

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014 – SEPAQ

Proíbe no Estado do Pará, a captura, o transporte, o beneficiamento, a industrialização, o armazenamento e a comercialização de quaisquer indivíduos vivos, carnes ou partes isoladas de caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) durante o fenômeno natural da “andada” que possam acontecer nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2015.

RESOLUÇÕES – CONSELHO GESTOR DO FUNDO

RESOLUÇÃO 001/2014 – FRC. CONSELHO GESTOR DO FUNDO DE APOIO AO REGISTRO CIVIL DO ESTADO DO PARÁ

Aprova os valores de ressarcimento em favor dos Registradores Cíveis das Pessoas Naturais, pela efetivação de registros de nascimento ou assentos de óbito gratuitos.

RESOLUÇÕES – COMISSÃO POLÍTICA DE INCENTIVOS AO DESENVOLVIMENTO SOCIECONOMICO DO ESTADO DO PARÁ

RESOLUÇÃO 001

Concede tratamento tributário às operações que especifica, realizadas pela empresa COMPANHIA REFINADORA DA AMAZÔNIA – CRA.

RESOLUÇÃO 035

Concede tratamento tributário às operações que especifica, realizadas pela empresa NORTE ALUMINIO EXTRUSÃO e REFUSÃO LTDA.

RESOLUÇÃO 036

RESOLUÇÃO 039

Concede tratamento tributário às operações que especifica, realizadas pela empresa L'ANNO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LATICÍNIOS LTDA.

RESOLUÇÃO 041

Concede tratamento tributário às operações que especifica, realizadas pela empresa CERVEJARIA CABOCA - FABRICAÇÃO DE CERVEJAS E CHOPES LTDA - EPP

RESOLUÇÃO Nº 001

Altera dispositivos da Resolução nº 036, de 27.12.2013, que concede tratamento tributário às operações que especifica, realizadas pela empresa YARA BRASIL FERTILIZANTES.

RESOLUÇÕES – CEASA

RESOLUÇÃO 002/2014 – CEASA

Dispõe sobre a atualização da taxa de uso por metro quadrado das áreas permitidas e autorizadas destas Centrais de Abastecimento do Estado do Pará S.A. -CEASA/PA e dá outras providências.

RESOLUÇÃO 003/2013 – CEASA

Dispõe sobre a atualização da taxa de uso por metro quadrado das áreas permitidas e autorizadas destas Centrais de Abastecimento do Estado do Pará S.A. -CEASA/PA e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 004/2014 – CEASA

Dispõe sobre a renovação, atualização e assinatura dos Termos de Permissão Remunerado de Uso – TPRU e consequente cancelamento dos anteriores desta CEASA/PA.

RESOLUÇÃO Nº 003/2014 – CEASA

Dispõe sobre a atualização da taxa de uso por metro quadrado das áreas permitidas e autorizadas destas Centrais de Abastecimento do Estado do Pará S.A.

RESOLUÇÃO Nº 008/2014 – CEASA-PA

Dispõe sobre a atualização da taxa de uso por metro quadrado das áreas permitidas e autorizadas destas Centrais de Abastecimento do Pará S.A. - CEASA/PA e dá outras providências.

RESOLUÇÕES – COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO SUS DO PARÁ

RESOLUÇÃO 05

Aprovar os estabelecimentos conforme ANEXO I, como serviço autorizado a prestar assistência aos pacientes portadores de glaucoma.

RESOLUÇÃO 228

Pactuar que a Secretária de Estado de Saúde Pública do Estado do Pará - SESPA realize o Projeto Olhar Brasil, dos municípios que assinaram o Termo de Adesão com essa Secretaria de Estado, conforme relação anexa, bem como, pactuar que os recursos financeiros sejam alocado no Fundo Estadual de Saúde.

RESOLUÇÃO 258

Aprovar habilitação de 15 (quinze) vagas de Terapia Renal Substitutiva, CNES 6702-740, CNPJ Nº 11430541/0001-76, no município de Belém - Pará, junto ao SUS (Sistema Único de Saúde), de acordo com demonstrativo, em anexo.

RESOLUÇÃO 259

Aprovar o Plano Estadual da Rede de Atenção Psicossocial e o Desenho da RAPS do Estado do Pará, conforme anexos desta Resolução.

RESOLUÇÕES – DEFENSORIA PÚBLICA

RESOLUÇÃO CSDP 117 – DEFENSORIA PÚBLICA

Regulamenta a concessão de cartão alimentação aos defensores e servidores da Defensoria Pública do Estado e dá outras providências. Institui o cartão alimentação, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos Reais) a ser concedido aos membros e servidores, efetivos e comissionados, da Defensoria Pública do Estado do Pará.

RESOLUÇÃO CSDP Nº 121 – DEFENSORIA PÚBLICA

Aprova, em definitivo, a Lista de Antiguidade dos Defensores Públicos do Estado para o ano de 2014 e dá outras providências.

RESOLUÇÃO CSDP Nº 122, DE 01 DE ABRIL DE 2014 – DEFENSORIA PÚBLICA

Declara vagas 56 Defensorias Públicas de 1ª entrância, extingue dentre essas 12 Defensorias Públicas de 1ª entrância e as remaneja, criando 12 Defensorias Públicas de entrância especial, e redefine e renomeia as 82 Defensorias Públicas de 1ª entrância e dá outras providências.

RESOLUÇÃO CSDP Nº 125, DE 14 DE ABRIL DE 2014 – DEFENSORIA PÚBLICA

Dispõe sobre as regras para a Eleição dos Membros do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Pará.

RESOLUÇÃO 128 CSDP DE 10 DE MARÇO DE 2014 – DEFENSORIA PÚBLICA

Dispõe sobre a adoção, no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Pará, do “Código de Ética dos Membros das Defensorias Públicas Estaduais, do Distrito Federal e da União” elaborado pelo Conselho Nacional dos Corregedores Gerais das Defensorias Públicas Estaduais, do Distrito Federal e da União

RESOLUÇÃO CSDP Nº 129, DE 22 DE ABRIL DE 2014 – DEFENSORIA PÚBLICA

Extingue, cria e declara vagas Defensorias Públicas de 3ª Entrância, para fins de remoção e promoção e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 130, DE 22 DE ABRIL DE 2014 – DEFENSORIA PÚBLICA

Altera a data da eleição para os membros do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Pará e dá outras providências.

RESOLUÇÃO CSDP Nº 138, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.

Altera o art. 3º da Resolução 054/2010 que regulamenta os critérios para a eleição do Corregedor Geral a Defensoria Pública do Estado do Pará.

RESOLUÇÃO Nº 140 DE SETEMBRO DE 2014- CSDP

Define o quantitativo de vagas por entrância e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 139 DE 01 DE OUTUBRO DE 2014- CSDP- REPUBLICAÇÃO

Renomeia e extingue Defensorias Públicas de 1ª entrância, as remaneja para Defensorias Públicas de Substituição e as declara vagas para fins de concurso público e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 141 DE 01 DE OUTUBRO DE 2014- CSDP- REPUBLICAÇÃO

Regulamenta o conceito de atividade jurídica para concursos públicos de ingresso na carreira de defensor público do Estado do Pará e dá outras providências.

RESOLUÇÕES – TCE

RESOLUÇÃO TCE 18.545

Aprova Instrução Normativa que estabelece normas de organização e de envio da prestação de contas dos administradores dos órgãos e entidades da administração pública estadual e dos demais responsáveis por recursos públicos estaduais, para julgamento no Tribunal de Contas do Estado do Pará.

RESOLUÇÕES – COMISSÃO GESTORA DE MEIA PASSAGEM ESTUDANTIL

RESOLUÇÃO Nº 04/2014 – COMISSÃO GESTORA DA MEIA PASSAGEM ESTUDANTIL

Dispõe sobre a prorrogação de prazo de validade das carteiras estudantis intermunicipais.

RESOLUÇÕES – MP

RESOLUÇÃO Nº 001/2014/MP/CSMP, DE 26 DE MARÇO DE 2014

Altera o Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 04/2014, COLÉGIO DE PROCURADORES – MP DE CONTAS

Altera a Resolução nº 01/2013, de 1º/04/2013, deste Colégio de Procuradores, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 002 DE 20 DE AGOSTO DE 2014 - MP/CSMP

Altera o Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Pará e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 004 MP/CSMP DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

Altera o Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Pará e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 005 MP/CSMP DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre o procedimento de remessa ao Conselho Superior nos casos em que for apresentado declínio de atribuição em procedimentos extrajudiciais do Ministério Público.

RESOLUÇÃO Nº 006, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014 - MP/CSMP

Altera a Resolução nº 003/2014/MP/CSMP, de 20 de agosto de 2014, e dá outras providências.

RESOLUÇÕES – CONSAT

RESOLUÇÃO/CONSAT Nº 002, DE 19 DE MARÇO DE 2014

Dispõe sobre os procedimentos administrativos de remoção dos servidores estáveis integrantes das Carreiras da Administração Tributária.

RESOLUÇÃO Nº 003, DE 21 DE AGOSTO DE 2014 - CONSAT

Altera dispositivos da Resolução Consat n.º 002, de 19 de março de 2014, que dispõe sobre os procedimentos administrativos de remoção dos servidores estáveis integrantes das Carreiras da Administração Tributária.

RESOLUÇÕES – ARCON

RESOLUÇÃO Nº 001/2014, DE 19 DE MARÇO DE 2014 – ARCON

Fixa os novos valores das tarifas do serviço de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros do estado do Pará.

RESOLUÇÃO Nº 002/2014, DE 20 DE MARÇO DE 2014 – ARCON

Fixa os novos valores das tarifas de embarque dos Terminais Rodoviários do Estado do Pará administrados pela SINART.

RESOLUÇÃO Nº 005/2014, DE 22 DE ABRIL DE 2014 – ARCON

Fixa os novos valores das tarifas do serviço de transporte hidroviário intermunicipal de passageiros do Estado do Pará realizado pela empresa VIAÇÃO TAPAJÓS LTDA

RESOLUÇÃO Nº 006/2014, DE 22 DE ABRIL DE 2014 – ARCON

Fixa os novos valores das tarifas do serviço de transporte hidroviário intermunicipal de passageiros do Estado do Pará na linha BELÉM-ARAPARI realizada pelas empresas ARAPARI NAVEGAÇÃO LTDA e JARUMÃ RODOFLUVIAL LTDA.

RESOLUÇÕES – CIB – SUS – PA

RESOLUÇÃO Nº 22, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014 – CIB-SUS-PA

Aprova a habilitação do Centro de Parto Normal Intra-Hospitalar (CPNi) da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará, composta de 05 (cinco) leitos, e sua inclusão no Desenho Regional da Rede Cegonha.

RESOLUÇÃO Nº 23, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014 – CIB-SUS-PA

Aprova o Credenciamento/Habilitação das Unidades de Atenção Especializada em Oftalmologia do Município de Ananindeua.

RESOLUÇÃO Nº 20, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014 – CIB-SUS-PA

Aprova a habilitação de 01 (um) Centro de Especialidade Odontológica (CEO), tipo I, no município de São Caetano de Odivelas.

RESOLUÇÃO Nº 19, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2014 – CIB-SUS-PA

Homologa a expansão de 01 (uma) Equipe de Saúde Bucal no município de Curionópolis, conforme anexo desta resolução.

RESOLUÇÃO Nº 18, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2014 – CIB-SUS-PA

Homologa a expansão de 01 (uma) Equipe de Saúde Bucal no município de Bom Jesus do Tocantins, conforme anexo desta resolução.

RESOLUÇÃO Nº 17, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2014 – CIB-SUS-PA

Homologa a expansão de 01 (uma) Equipe de Saúde Bucal no município de Mãe do Rio, conforme anexo desta resolução.

RESOLUÇÃO Nº 15, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014 – CIB-SUS-PA

Institui o Grupo Condutor da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional – PNAISP, no âmbito do Estado do Pará.

RESOLUÇÃO Nº 14, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014 – CIB-SUS-PA

Aprova a implantação do Hospital Municipal de Retaguarda de Belém que possibilitará ampliar a cobertura de leitos de internação de média e alta complexidade na Rede/SUS.

RESOLUÇÃO Nº 12, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014 – CIB-SUS-PA

Aprova a relação dos municípios prioritários para receber incentivo financeiro de custeio para desenvolver as ações de vigilância, prevenção e controle de DST/Aids, Sífilis e Hepatites Virais.

RESOLUÇÃO Nº 11, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2014 – CIB-SUS-PA

Pactua a mudança da Gestão Municipal da Unidade de Ensino e Assistência em Saúde do Baixo Amazonas - UEASBA para a Gestão Estadual/Secretaria Estadual de Saúde Pública/SESPA.

RESOLUÇÃO Nº 03, DE 09 DE JANEIRO DE 2014 – CIB-SUS-PA

Homologar os pleitos de Implantação/Expansão de Equipes da Estratégia Agentes Comunitários de Saúde (EACS)/Estratégia Saúde da Família (ESF) dos municípios de Salinópolis, Afuá, Medicilândia e Ulianópolis Conceição do Araguaia.

RESOLUÇÃO Nº 12 – CIB-SUS-PA

Aprova a relação dos municípios prioritários para receberem incentivo financeiro de custeio para desenvolvimento das ações de vigilância, prevenção e controle das DST/Aids, Sífilis e Hepatites Virais, conforme anexos I e II.

RESOLUÇÃO Nº 21 — CIB-SUS-PA

Aprova, como teto máximo, o percentual de 250% (duzentos e cinquenta por cento) sobre o valor de R\$ 1. 810,32 (um mil oitocentos e dez reais e trinta e dois centavos) contido na Tabela SUS - SIGTAP, para Iodoterapia do carcinoma diferenciado da Tireoide (250mCi), para complementar pagamento para realização de procedimentos de Alta Complexidade em oncologia, descritos no Anexo I desta Resolução, integrantes da tabela SUS – SIGTAP, que passarão a ter valor de 4.525,80.

RESOLUÇÃO Nº 49 – CIB-SUS-PA

Aprova a readequação do Plano Estadual de Atenção Integral às Urgências do Pará.

RESOLUÇÃO Nº 75 - CIB-SUS-PA

Homologar as Resoluções CIR (Comissão Intergestores Regionais) das Regiões Caetés e Metropolitana III que aprovam o Regulamento da Regulação em Saúde Complexo Regulador Regional Macrorregião Nordeste, e seus anexos, parte integrante desta Resolução.

RESOLUÇÃO Nº 85 – CIB-SUS-PA, DE 15 DE MAIO DE 2014

Aprovar a Manutenção das Ações e Serviços Públicos do Projeto Vida no Trânsito do Município de Belém.

RESOLUÇÃO Nº 88 – CIB-SUS-PA, DE 19 DE MAIO DE 2014.

Aprovar habilitação do Serviço de Ressonância Magnética do Hospital da Fundação da Santa Casa de Misericórdia do Pará – FSCMPA, CNES nº2752700, CNPJ nº04929345000185.

RESOLUÇÃO Nº 91 – CIB-SUS-PA, DE 23 DE MAIO DE 2014.

Aprovar a implantação de 01 (uma) Base Descentralizada do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192 no município de Piçarra, a qual está dentro da área de cobertura da Central de Regulação das Urgências da Região de Saúde do Carajás.

RESOLUÇÃO Nº 92 – CIB-SUS-PA, DE 23 DE MAIO DE 2014.

Aprovar a Manutenção das Ações do Registro de Câncer de Base Populacional (RCBP).

RESOLUÇÃO Nº 104 – CIB-SUS-PA, DE 10 DE JUNHO DE 2014

Aprova a implantação de 01 (uma) Base Descentralizada do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192 no município de Irituia, a qual está dentro da área de cobertura da Central de Regulação das Urgências da Macrorregião Nordeste.

RESOLUÇÃO Nº 113/2014 - CIB/SUS/PA

Aprova o Projeto Consultório na Rua Resgatando Cidadãos no Município de Santarém.

RESOLUÇÃO Nº 114/2014 – CIB/SUS/PA

Aprova as ações implementadoras de regulação do acesso, entre elas a implementação da Central Estadual de Regulação, que será designado de complexo estadual de regulação, com abrangência para todo o Estado do Pará.

RESOLUÇÃO Nº 117/2014 – CIB/SUS/PA

Aprova a Política Estadual do Sangue do Estado do Pará.

RESOLUÇÃO Nº 119 DE 04 DE AGOSTO DE 2014 - CIB/SUS/PA

Homologar os pleitos de Implantação/Expansão de Equipes de Estratégia Saúde da Família/ Estratégia Agentes Comunitários de Saúde/ Núcleo de Apoio a Saúde da Família dos municípios de São Caetano de Odivelas, Concórdia do Pará, São João da Ponta e Floresta do Araguaia.

RESOLUÇÃO Nº 120, DE 06 DE AGOSTO DE 2014 - CIB/SUS/PA

Aprovar o Plano de Ação do Projeto Consultórios Itinerantes de Odontologia do Hospital Universitário João de Barros Barreto – UFPA (Universidade Federal do Pará).

RESOLUÇÃO Nº 123 CIB-SUS-PA, DE 18 DE AGOSTO DE 2014

Homologa a expansão de Equipes de Saúde Bucal no município de Concórdia do Pará.

RESOLUÇÃO Nº 124 CIB-SUS-PA, DE 18 DE AGOSTO DE 2014.

Homologa a expansão de Equipes de Saúde Bucal nos municípios de Santana do Araguaia.

RESOLUÇÃO Nº 125 CIB-SUS-PA, DE 18 DE AGOSTO DE 2014.

Homologa a expansão de Equipes de Saúde Bucal nos municípios de Ulianópolis.

RESOLUÇÃO Nº 127 CIB-SUS-PA, DE 27 DE AGOSTO DE 2014.

Aprova o credenciamento/ habilitação do número de leitos das Unidades de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN) Tipo II.

RESOLUÇÃO Nº 128 CIB-SUS-PA, DE 26 DE AGOSTO DE 2014.

Homologa o pleito de Expansão de Equipes da Estratégia Agentes Comunitários de Saúde (EACS)

do município de Chaves.

RESOLUÇÃO Nº 129 CIB-SUS-PA, DE 27 DE AGOSTO DE 2014.

Homologa os pleitos de Implantação/Expansão de Equipes de Estratégia Saúde da Família/ Estratégia Agentes Comunitários de Saúde/ Núcleo de Apoio a Saúde da Família dos municípios de Alenquer, Mãe do Rio e Almerim.

RESOLUÇÃO Nº 134 CIB-SUS-PA, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014.

Aprova a Manutenção das Ações e Serviços Públicos do Projeto Vida no Trânsito do Estado.

RESOLUÇÃO Nº 137 CIB-SUS-PA, DE 16 DE SETEMBRO DE 2014.

Aprovar a Declaração de Disponibilidade para o Serviço de Verificação de Óbitos.

RESOLUÇÃO Nº 139 CIB-SUS-PA, DE 18 DE SETEMBRO DE 2014.

Aprovar o Termo de Compromisso para Manutenção das Ações e Serviços de Públicos Estratégicos de Vigilância em Saúde/Programa Academia de Saúde de do Município Santarém.

RESOLUÇÃO Nº 63 CIB-SUS-PA, DE 24 DE ABRIL DE 2014- REPUBLICAÇÃO

Homologa os pleitos de Implantação/Expansão de Equipes da Estratégia Agentes Comunitários de Saúde (EACS)/Estratégia Saúde da Família (ESF) dos municípios de Salinópolis, Afuá, Medicilândia, Ulianópolis, Ponta de Pedras, Santarém e Conceição do Araguaia. Homologa a habilitação município de Peixe-Boi, para receberem o incentivo financeiro referente ao Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF.

RESOLUÇÃO Nº 141 DE 19 DE SETEMBRO DE 2014- CIB

Homologar a implantação de 05 (cinco) Equipes de Saúde Bucal no município de Prainha.

RESOLUÇÃO Nº 142 DE 19 DE SETEMBRO DE 2014- CIB

Homologar a expansão de 01 (uma) Equipe de Saúde Bucal no município de Altamira.

RESOLUÇÃO Nº 146, DE 07 DE OUTUBRO DE 2014- CIB/SUS/PA

Homologar a expansão de 01 (uma) Equipe de Saúde Bucal em Garrafão do Norte.

RESOLUÇÃO Nº 147, DE 07 DE OUTUBRO DE 2014 - CIB/SUS/PA

Homologar a expansão de 01 (uma) equipe de saúde bucal no município de Curuá.

RESOLUÇÃO Nº 148, DE 07 DE OUTUBRO DE 2014- CIB/SUS/PA

Homologar os pleitos de implantação, expansão da Estratégia de Saúde da Família/Estratégia Agentes Comunitários de Saúde em Ipixuna do Pará e São Domingos do Araguaia.

RESOLUÇÃO Nº 156 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014- CIB/SUS/PA

Aprovar o Credenciamento/Habilitação do Centro Oftalmológico de Belém (COB), CNES nº 5605164, do Município de Belém, como Unidade Especializada em Oftalmologia de Alta Complexidade.

RESOLUÇÃO CIB Nº 160 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

Homologar o pleito de expansão da Estratégia de Saúde da Família de Magalhães Barata.

RESOLUÇÃO CIB Nº 162 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.

Homologar a expansão de 02 (duas) Equipes de Saúde Bucal no município de Bonito.

RESOLUÇÃO CIB Nº 163 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.

Aprovar a Proposta de Emenda Parlamentar, apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde de Cametá, junto ao Fundo Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, destinado a atender a construção da unidade de saúde.

RESOLUÇÃO CIB Nº 167 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

Aprovar alterações no Regimento Interno da Comissão Intergestores Bipartite (CIB) do Sistema Único de Saúde do Pará.

RESOLUÇÃO CIB Nº 168 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

Aprovar o Modelo de Regimento Interno das Comissões Intergestores Regionais (CIR) do Sistema Único de Saúde do Pará, nos termos do anexo desta Resolução, a ser adotado pelas Comissões Intergestores Regionais do Estado do Pará.

RESOLUÇÃO Nº 165, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014 - CIB

Homologar o pleito de implantação/ expansão da Estratégia de Saúde da Família no Município de Faro.

RESOLUÇÃO Nº 170, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014 - CIB

Homologar a expansão de 03 (três) Equipes de Saúde Bucal no município de Mãe do Rio.

RESOLUÇÃO Nº 171, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014 - CIB

Repactuar a execução dos recursos da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa do Sistema Único de Saúde (ParticipaSUS).

RESOLUÇÃO Nº 172, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014 - CIB

Homologar o pleito de expansão da Estratégia de Saúde da Família do município de Benevides.

RESOLUÇÕES – IAP**RESOLUÇÃO Nº 02/2012 – IAP**

Autoriza que, após avaliação administrativa minuciosa, o IAP, viabilize condições para que pessoas/grupos realizem trabalhos artísticos que valorizem a cultura paraense e amazônica.

RESOLUÇÃO Nº 6/2014 – IAP, DE 09 DE JUNHO DE 2014

Aprovar a proposta da Presidência do IAP para a celebração de Acordo de Cooperação Cultural entre o Instituto de Artes do Pará e o Conseil des Arts et des Lettres, em Quebec, no Canadá.

RESOLUÇÕES – TJ-PA**RESOLUÇÃO Nº 025 DE 01 DE OUTUBRO DE 2014- TJPA**

Estabelece a competência da Vara criada pelo art. 8º da Lei nº 6.480, de 13 de setembro de 2002, altera a denominação das demais Varas Cíveis das Varas e de Fazenda, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 010 DE 02 DE OUTUBRO DE 2014- CPJ/TJPA

Dispõe sobre as atribuições das Promotorias de Justiça de Salinópolis e revoga a Resolução nº 018/2012-CPJ, de 20 de setembro de 2012.

RESOLUÇÕES – FUNDO DE APOIO AO REGISTRO CIVIL PA

RESOLUÇÃO Nº002/2014 – FUNDO DE APOIO AO REGISTRO CIVIL DO ESTADO DO PARÁ

Aprova os valores de ressarcimento em favor dos Registradores Cíveis das Pessoas Naturais, pela efetivação de registros de nascimento ou assentos de óbito gratuitos.

RESOLUÇÃO Nº005/2014 – FUNDO DE APOIO AO REGISTRO CIVIL DO ESTADO DO PARÁ

Atualiza valor de ressarcimento de primeiras/segundas vias de certidões de nascimento e óbito.

RESOLUÇÕES – FUNDAÇÃO CARLOS GOMES

RESOLUÇÃO Nº 001 DE 14 DE ABRIL DE 2014 – FUNDAÇÃO CARLOS GOMES

Aprova o Regulamento de empréstimo de instrumentos musicais, estantes de partituras e equipamentos de áudio e vídeo.

RESOLUÇÃO Nº 004 DE 14 DE ABRIL DE 2014 – FUNDAÇÃO CARLOS GOMES

Aprova o Regulamento relativo à organização, formação e atuação dos Grupos Artísticos vinculados à Fundação Carlos Gomes.

RESOLUÇÕES – CONERC

RESOLUÇÃO Nº 08/2014 – CONSELHO ESTADUAL DE REGULAÇÃO E CONTROLE DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DO PARÁ (CONERC)

Fixar em 12,81% (doze inteiros e oitenta e um centésimo percentual) o índice de reajuste das tarifas vigentes dos serviços públicos de transporte hidroviário intermunicipal de passageiro de interesse da empresa Viação Tapajós Ltda, linhas Santarém/Alenquer, Santarém/Monte Alegre, Santarém/Juriti, Santarém/Óbidos, Santarém/Oriximiná, Óbidos/Juriti, Juriti/Oriximiná, Santarém/Trombetas, Óbidos/Trombetas, Óbidos/Oriximiná e Oriximiná/Trombetas, correspondente ao período acumulado do INPC/IBGE de janeiro de 2012 a janeiro de 2014.

RESOLUÇÃO Nº 09/2014 – CONSELHO ESTADUAL DE REGULAÇÃO E CONTROLE DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DO PARÁ (CONERC)

Fixar em 7,70% (sete inteiros e setenta centésimos percentuais) o índice de reajuste das tarifas vigentes dos serviços públicos de transporte hidroviário intermunicipal de passageiro realizado pela empresa Arapari Navegação Ltda e Jarumã Rodoflúvia Ltda (Belém/Porto do Arapari/Belém), correspondente ao período acumulado do INPC/IBGE de dezembro de 2012 a fevereiro de 2014.

RESOLUÇÕES – TCM

RESOLUÇÃO Nº11.409/TCM-PA

Dispõe sobre a metodologia de análise de prestações de contas fundamentada em MATRIZ DE RISCO, com a finalidade de definir o planejamento da análise em cada exercício.

RESOLUÇÃO Nº. 11.535/TCM

Dispõe sobre a criação do Portal dos Jurisdicionados, tendo como etapa inicial a implementação do Mural de Licitações como meio obrigatório de apresentação ao TCM-PA em tempo real por meio eletrônico, das Licitações e Contratos, Convênios e Subvenções, Obras Públicas e Folhas de Pagamento, como parte integrante da prestação de contas e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº. 11.536/TCM-PA

Regulamenta o acesso aos sistemas informatizados de Controle Externo do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, assinatura eletrônica e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 11.534/TCM

Dispõe sobre a obrigatoriedade de utilização do Plano de Contas Aplicados ao Setor Público – PCASP; Roteiro Contábil; Tabela de Eventos e Histórico Padrão; procedimentos de remessa da Prestação de Contas, a partir do exercício financeiro de 2015, e regras e critérios de transição, estabelecidas para o exercício de 2014.

RESOLUÇÕES – CIR

RESOLUÇÃO CIR RIO CAETÉS 001/2014

Aprova a implantação a implantação de dois núcleos de apoio à saúde da família tipo 1 para Capanema/PA.

RESOLUÇÃO CIR RIO CAETÉS 002/2014

Aprova a expansão de uma equipe de saúde da família para o Município de Peixe-Boi/PA.

RESOLUÇÃO CIR RIO CAETÉS 003/2014

Aprova a expansão de uma equipe de saúde bucal para a USF sede do Município de Peixe-Boi/PA.

RESOLUÇÃO CIR RIO CAETÉS 004/2014

Aprova a expansão de 4 equipes de saúde bucal para o Município de Tracuateua/PA.

RESOLUÇÃO Nº 004 – COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL (CIR)

Aprova o Plano Regional da Rede Cegonha do Marajó II.

RESOLUÇÃO Nº 003/2014– COMISSÃO INTERGESTORES METROPOLITANA III

Aprova o Regulamento da Regulação em Saúde do Complexo Regulador Regional Macronordeste que define o processo de regulação dos serviços ambulatoriais e hospitalares do Complexo Regulador Regional MacroNordeste sediado no 4º CRS/SESPA/ à disposição da população dos municípios de abrangência do 3º, 4º e 5º Centros Regionais da SESPA.

RESOLUÇÃO Nº004–COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL-CIR MARAJÓ II
Aprovar o Plano Regional da Rede Cegonha do Marajó II.

RESOLUÇÃO Nº009/2014–COMISSÃO INTERGESTORES REG. RIO CAETÉS
Aprova o Regulamento da Regulação em Saúde do Complexo Regulador Regional Macronordeste que define o processo de regulação dos serviços ambulatoriais e hospitalares do Complexo Regulador Regional Macronordeste sediado no 4º CRS/SESPA/ à disposição da população dos municípios de abrangência do 3º, 4º e 5º Centros Regionais da SESPA.

RESOLUÇÃO Nº011/2014–COMISSÃO INTERGESTORES REG. RIO CAETÉS
Aprova a expansão de duas equipes de saúde da família para Tracuateua/PA.

RESOLUÇÃO Nº 012/2014 – COMISSÃO INTERGESTORES REG. RIO CAETÉS
Aprova a expansão de uma equipe de saúde da família para a sede de Ourém/PA.

RESOLUÇÃO Nº041 – COMISSÃO INTERGESTORES REG. REGIÃO ARAGUAIA
Aprova a Implantação de 15 Leitos Clínicos de Retaguarda na Rede de Atenção às Urgências da Região Araguaia, ofertados pelo Hospital e Maternidade Santa Luzia – Privado Conveniado ao SUS, no município de Xinguara.

RESOLUÇÃO Nº042 – COMISSÃO INTERGESTORES REG. REGIÃO ARAGUAIA
Aprova a Implantação de 20 Leitos Clínicos de Retaguarda na Rede de Atenção às Urgências da Região Araguaia, ofertados pelo Hospital São Vicente – Privado Conveniado ao SUS, no município de Redenção.

RESOLUÇÃO Nº 014 – COMISSÃO INTERGESTORES REG. – CIR RIO CAETÉS
Aprova a expansão de duas equipes de saúde da família para Nova Timboteua/PA.

RESOLUÇÃO Nº 008 – CIR MARAJÓ II, DE 30 DE ABRIL DE 2014
Aprova o Regimento Interno da Comissão Intergestores Regional da Região de Saúde Marajó II

RESOLUÇÃO CIR RIO CAETÉS Nº 015/2014, DE 05 DE JUNHO DE 2014
Aprova a tipologia e o perfil do Hospital Regional de Capanema

RESOLUÇÃO Nº 001/2014 - CIR
Aprova a constituição da Comissão permanente de Integração Ensino-Serviço (CIES Regional Tapajós) vinculada à Comissão Intergestores Regional do Tapajós.

RESOLUÇÃO Nº 003/2014 - CIR
Aprova o projeto de Expansão e Reposição do Programa de Agentes Comunitários de Saúde em Jacareacanga.

RESOLUÇÃO Nº 004/2014 - CIR
Aprova o projeto de Implantação de 01 (uma) Equipe de Estratégia Saúde da Família (ESF) modalidade I na UBS de São Francisco no município de Jacareacanga.

RESOLUÇÃO Nº 008/2014 - CIR

Aprova a implantação/expansão de 04 (quatro) Estratégias de Saúde da Família, no Município de Mãe do Rio.

RESOLUÇÃO Nº 012/2014 - CIR/ RIO CAETÉS

Aprova a expansão de uma Equipe de Saúde da Família para a Sede do Município de Ourém/Pa.

RESOLUÇÃO Nº 032 DE 18 DE AGOSTO DE 2014 - CIR/ARAGUAIA

Aprovar o Projeto de Implantação do NASF I (Núcleo de Apoio à Saúde da Família – modalidade I), do município de Cumaru do Norte.

RESOLUÇÃO Nº 033 DE 18 DE AGOSTO DE 2014 - CIR/ARAGUAIA

Aprovar o Projeto de Expansão da Cobertura da Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde, do município de Floresta do Araguaia.

RESOLUÇÃO Nº 011 CIR-PA, DE 13 DE AGOSTO DE 2014.

Aprova a implantação/expansão de 03 (três) Estratégias de Saúde da Família tradicionais e 02 (duas) Estratégias de Saúde da Família Ribeirinhas, no Município de Ipixuna do Pará

RESOLUÇÃO Nº 012 CIR-PA, DE 13 DE AGOSTO DE 2014.

Aprova a implantação/expansão de 04 (Quatro) Estratégia de Saúde Bucal Modalidade I e 02(duas) Estratégias de Saúde Bucal Modalidade I Ribeirinhas no Município de Ipixuna do Pará.

RESOLUÇÃO CIR RIO CAETÉS Nº 016/2014

Aprova a pactuação de diretrizes, objetivos, metas e indicadores dos municípios para o SISPACTO.

RESOLUÇÃO CIR RIO CAETÉS Nº 017/2014

Aprova a implantação de duas equips de saúde bucal para 02 estratégias de saúde da família do município de Bonito/PA.

RESOLUÇÃO CIR RIO CAETÉS Nº 018/2014

Aprova a expansão da estratégia de saúde da família do município de Bragança-PA.

RESOLUÇÃO CIR RIO CAETÉS Nº 019/2014

Aprova a implantação de bases descentralizadas SAMU-192 para o município de Santa Luzia do Pará e ratifica a aprovação para implantação do service nos municípios de Bonito, Primavera e Peixe-Boi.

RESOLUÇÃO Nº 013 CIR-PA, DE 16 DE SETEMBRO DE 2014.

Aprovar por unanimidade projeto de expansão de 02 (duas) Estratégias de Saúde da Família, no Município de Magalhães Barata.

RESOLUÇÃO CIR RIO CAETÉS Nº 020/2014, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014

Aprova a Redistribuição de Leitos Hospitalares da Rede de Atenção Psicossocial na Região Rio Caetés.

RESOLUÇÃO CIR RIO CAETÉS Nº 021/2014

APROVA A REDISTRIBUIÇÃO DE LEITOS HOSPITALARES DA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL NA REGIÃO RIO CAETÉS.

RESOLUÇÃO CIR RIO CAETÉS Nº 022/2014

APROVA A EXPANSÃO DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA DE BRAGANÇA/PA.

RESOLUÇÃO CIR RIO CAETÉS Nº 023/2014

APROVA A EXPANSÃO DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA DOS MUNICÍPIOS DE CAPANEMA, SALINÓPOLIS E SANTA LUZIA, AMBOS NO ESTADO DO PARÁ.

RESOLUÇÃO CIR RIO CAETÉS Nº 24/2014

APROVA A REORGANIZAÇÃO DO GRUPO CONDUTOR REGIONAL DA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL NA REGIÃO RIO CAETÉS.

RESOLUÇÃO Nº 016, DE 28 DE OUTUBRO DE 2014 – CIR

Aprova a implantação/expansão de 01 (Uma) Estratégia de Saúde da Família tradicional, no Município de Terra Alta

RESOLUÇÃO Nº 017, DE 28 DE OUTUBRO DE 2014 – CIR

Aprova por unanimidade a implantação/expansão de 01(uma) Estratégia de Saúde Bucal Modalidade I, no Município de Terra Alta.

RESOLUÇÃO CIR ARAGUAIA Nº 034 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.

Extinguir a Pactuação com o município de Redenção - Pará em relação ao custeio dos serviços do SAE/CTA (Serviço de Assistência Especializada/Centro de Testagem e Aconselhamento) de Redenção, assumindo desta forma o próprio município de Conceição do Araguaia toda a responsabilidade do custeio com seus pacientes de HIV.

RESOLUÇÃO CIR ARAGUAIA Nº 035 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014

Homologar a Despactuação com o município de Redenção - Pará em relação ao custeio dos serviços do SAE/CTA (Serviço de Assistência Especializada/Centro de Testagem e Aconselhamento) de Redenção, assumindo desta forma o próprio município de Santana do Araguaia toda a responsabilidade do custeio com seus pacientes de HIV.

RESOLUÇÃO Nº 019, 20 DE NOVEMBRO DE 2014 - CIR

Aprovar a Comissão Permanente de Integração Ensino-Serviço (CIES Regional Metropolitana III), vinculada à Comissão Intergestores Regional (CIR Metropolitana III) composta por 09 (nove) membros representantes das instituições e entidades.

RESOLUÇÃO Nº 021, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014 – CIR

Aprovar por unanimidade a implantação/expansão de 01 (uma) Estratégia de Saúde da Família nos Municípios de Irituia e Nova Esperança do Piriá.

RESOLUÇÃO Nº 022, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014 – CIR

Aprova a implantação/expansão de 01(uma) Estratégia de Saúde Bucal Modalidade I, nos Municípios de Irituia e Nova Esperança do Piriá.

RESOLUÇÃO Nº 020, 02 DE DEZEMBRO DE 2014 - CIR

Aprovar por unanimidade os Projetos de implantação de NASF modalidade I do Município de Terra Alta e NASF modalidade II do Município de São João da Ponta.

RESOLUÇÃO Nº 025, 03 DE DEZEMBRO DE 2014 - CIR RIO CAETÉS

Aprova a expansão de uma Equipe de Saúde Bucal Modalidade I Para USF Marambaia, no Município de Nova Timboteua/PA.

RESOLUÇÃO Nº 027, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014 - CIR RIO CAETÉS

Aprova a Expansão de Agentes Comunitários de Saúde Para o Município de Augusto Correa/Pa.

RESOLUÇÕES – SEMA

RESOLUÇÃO Nº. 18.570 DE 08 DE MAIO DE 2014 – SEMA

Auditoria Operacional em Unidades de Conservação Estadual no Bioma Amazônia sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), com o objetivo de avaliar a existência de condições normativas, institucionais e operacionais que propiciem as unidades localizadas no Estado do Pará atingirem os objetivos para os quais foram criadas, bem como identificar seus gargalos e oportunidades de melhoria.

RESOLUÇÕES – PARATUR

RESOLUÇÃO Nº 001/2014 - REGIMENTO INTERNO DA PARATUR

Aprovar o Regimento Interno da Companhia Paraense de Turismo-PARATUR.

RESOLUÇÃO Nº 002/14 - REGIMENTO INTERNO DA PARATUR

Altera o Regimento Interno da Companhia Paraense de Turismo - PARATUR e seus anexos

RESOLUÇÕES – CIRBA/SESPA

RESOLUÇÃO Nº 001 - CIRBA/SUS/9ºCRS/SESPA

Aprova, ad referendum, o projeto de Implantação de 01 (uma) Equipe de Estratégia Saúde da Família (ESF) do Planalto modalidade I, no município de Monte alegre.

RESOLUÇÃO Nº 002 - CIRBA/SUS/9ºCRS/SESPA

Aprova, ad referendum, o projeto de Implantação de 01 (uma) Equipe de Estratégia Saúde da Família (ESF) do Km 11 modalidade I, no município de Monte alegre.

RESOLUÇÃO Nº 003 - CIRBA/SUS/9ºCRS/SESPA

Aprova ad referendum o projeto de Implantação de 01 (uma) Equipe de Estratégia Saúde da Família (ESF) da CANP modalidade I, no município de Monte alegre.

RESOLUÇÃO Nº 004 - CIRBA/SUS/9ºCRS/SESPA

Aprova, ad referendum, o projeto de Implantação de 01 (uma) Equipe de Estratégia Saúde da Família (ESF) da Mulata modalidade I, no município de Monte alegre.

RESOLUÇÃO Nº 005 - CIRBA/SUS/9ºCRS/SESPA

Aprova, ad referendum, o projeto de Implantação de 01 (uma) Equipe de Estratégia Saúde da Família (ESF) do Limão modalidade I, no município de Monte Alegre.

RESOLUÇÃO Nº 006/2014 - CIRBA/SUS/9ºCRS/SESPA

Solicita que a Coordenação Estadual da Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde, em parceria com este escritório regional, promova uma oficina de capacitação, seguida da revisão da PPI entre os municípios que compõem as duas regiões de saúde do Oeste do Pará.

RESOLUÇÃO Nº 008/2014 - CIRBA/SUS/9ºCRS/SESPA

Aprova o projeto de Implantação de Unidade Odontológica Móvel do município de Belterra, conforme anexo desta resolução.

RESOLUÇÃO Nº 012/2013 - CIRBA

Aprova o projeto de Implantação do Componente Sala de Estabilização no Centro de Saúde de Curuá.

RESOLUÇÃO Nº 017/2013 – CIRBA

Aprova o projeto de Implantação de 02 Equipes de Estratégia Saúde da Família com Saúde Bucal modalidade I na UBS da Floresta; 03 (três) Equipes de Estratégia Saúde da Família com Saúde Bucal modalidade I na UBS da Conquista; 01 (uma) Equipe de Estratégia Saúde da Família com Saúde Bucal modalidade I na UBS do Quilombo Tiningú no município de Santarém.

RESOLUÇÃO Nº 018/2013 - CIRBA

Aprova o projeto de Implantação da UBS Fluvial Abaré II com 02 (duas) equipes fluviais de Saúde da Família na região do Rio Arapiuns, com Saúde Bucal modalidade I, no município de Santarém.

RESOLUÇÃO Nº 020/2013 - CIRBA

Aprova o projeto de Implantação de 02 (duas) Equipes de Saúde Bucal modalidade I na Estratégia Saúde da Família Fluvial Abaré II na zona rural do município de Santarém.

RESOLUÇÃO Nº 021/2013 - CIRBA

Aprova o projeto de Implantação do CAPS I no município de Terra Santa, em regime de pactuação com o município de Faro.

RESOLUÇÃO Nº 020 CIRBA/SUS/9ºCRS/SESPA DE 17 DE SETEMBRO DE 2014

Aprova o projeto de Implantação de 01 (uma) Equipe de Estratégia Saúde da Família (ESF) no Centro de Saúde Francisco Rodrigues de Barros, município de Óbidos.

RESOLUÇÃO Nº 021 CIRBA/SUS/9ºCRS/SESPA, DE 17 DE SETEMBRO DE 2014

Aprova ad referendum o projeto de Implantação de 01 (uma) Equipe de Estratégia Saúde da Família (ESF) na Unidade de Saúde Zuraia Conti Galati, município de Óbidos.

RESOLUÇÃO Nº 022 CIRBA/SUS/9ºCRS/SESPA, DE 17 DE SETEMBRO DE 2014

Aprova o projeto de Implantação de 01 (uma) Equipe de Estratégia Saúde da Família (ESF) na UBS de Vitória Régia município de Santarém.

RESOLUÇÃO Nº 023 CIRBA/SUS/9ºCRS/SESPA, DE 17 DE SETEMBRO DE 2014

Aprova o projeto de Implantação de 01 (uma) Equipe de Estratégia Saúde da Família (ESF) na UBS de Curuai – Região do Lago Grande, município de Santarém.

RESOLUÇÃO Nº 024 CIRBA/SUS/9ºCRS/SESPA, DE 17 DE SETEMBRO DE 2014

Aprova o projeto de Implantação de 01 (uma) Equipe de Estratégia Saúde da Família (ESF) na UBS Dr. Everaldo Martins.

RESOLUÇÃO Nº 025 CIRBA/SUS/9ºCRS/SESPA, DE 17 DE SETEMBRO DE 2014

Aprova o projeto de Implantação de 02 (duas) Equipes de Estratégia Saúde da Família (ESF) na UBS de Livramento, sendo uma no bairro São José Operário e outra no bairro do Livramento, município de Santarém.

RESOLUÇÃO Nº 026 CIRBA/SUS/9ºCRS/SESPA, DE 17 DE SETEMBRO DE 2014

Aprova o projeto de Implantação de 02 (duas) Equipes de Estratégia Saúde da Família (ESF) de Nova República I e Nova República II na UBS de Nova República, município de Santarém.

RESOLUÇÃO Nº 027 CIRBA/SUS/9ºCRS/SESPA, DE 17 DE SETEMBRO DE 2014

Aprova o projeto de Expansão/Ampliação de Equipes de Saúde Bucal na Estratégia Saúde da Família do bairro de Curuá Velho, no município de Curuá.

RESOLUÇÃO Nº 028 CIRBA/SUS/9ºCRS/SESPA, DE 17 DE SETEMBRO DE 2014

Aprova o projeto de Expansão/Ampliação de Equipes de Saúde Bucal na Estratégia Saúde da Família na Estratégia Saúde da Família de São José Operário, no município de Santarém.

RESOLUÇÃO Nº 029 CIRBA/SUS/9ºCRS/SESPA, DE 17 DE SETEMBRO DE 2014

Aprova o projeto de Expansão/Ampliação de Equipe de Saúde Bucal na Estratégia Saúde da Família na Estratégia Saúde da Família Nova República I, no município de Santarém.

RESOLUÇÃO Nº 030 CIRBA/SUS/9ºCRS/SESPA, DE 17 DE SETEMBRO DE 2014

Aprova o projeto de Expansão/Ampliação de Equipe de Saúde Bucal na Estratégia Saúde da Família na Estratégia Saúde da Família Vitória Régia, no município de Santarém.

RESOLUÇÃO Nº 031 CIRBA/SUS/9ºCRS/SESPA, DE 17 DE SETEMBRO DE 2014

Aprova o projeto de Expansão/Ampliação de Equipe de Saúde Bucal na Estratégia Saúde da Família na Estratégia Saúde da Família da Interventoria, no município de Santarém.

RESOLUÇÃO Nº 032 CIRBA/SUS/9ºCRS/SESPA, DE 17 DE SETEMBRO DE 2014

Aprova o projeto de Implantação de Unidade Odontológica Móvel do município de Monte Alegre.

RESOLUÇÃO Nº 033 DE 17 DE SETEMBRO DE 2014- CIRBA

Aprovar a implantação do 4º turno de hemodiálise do Hospital Regional do Baixo Amazonas, até a conclusão da reforma e ampliação do setor de hemodiálise municipal.

RESOLUÇÃO Nº 016 DE 10 DE OUTUBRO DE 2014- CIRBA

Aprovar o projeto de Implantação de 01 (uma) Equipe de Estratégia Saúde da Família (ESF) na comunidade de Santa Júlia, município de Novo Progresso.

RESOLUÇÃO Nº 038, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014 - CIRBA

Aprovar o projeto de Expansão/Ampliação de Equipe de Saúde Bucal na Estratégia Saúde da Família da comunidade de Novo Paraíso, município de Placas.

RESOLUÇÃO Nº 039, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014 - CIRBA

Aprovar o Termo de Compromisso para Manutenção das Ações e Serviços de Públicos Estratégicos de Vigilância em Saúde/Programa Academia de Saúde do Município Belterra.

RESOLUÇÕES – FRC

RESOLUÇÃO Nº. 013/2014 – FRC, DE 12 DE JUNHO DE 2014

Aprova os valores de ressarcimento em favor dos Registradores Civis das Pessoas Naturais, pela efetivação de registros de nascimento ou assentos de óbito gratuitos.

RESOLUÇÃO Nº. 017/2014 – FRC, DE 20 DE JUNHO DE 2014

Dispõe sobre o valor, atualização, requisitos de concessão e a forma de repasse da complementação da renda mínima às serventias extrajudiciais que prestem serviços do registro civil das pessoas naturais do Estado do Pará.

RESOLUÇÃO Nº 018/2014 - FRC

Aprova os valores de ressarcimento em favor dos Registradores Civis das Pessoas Naturais, pela efetivação de registros de nascimento ou assentos de óbito gratuitos.

RESOLUÇÃO Nº 020/2014 - FRC

Aprova os valores de ressarcimento em favor dos Registradores Civis das Pessoas Naturais, pela efetivação de registros de nascimento ou assentos de óbito gratuitos.

RESOLUÇÃO Nº 021/2014 - FRC

Cria Câmara Técnica para elaboração de proposta de adequação do Decreto Estadual nº. 1.492/2009 e do Regimento Interno do FRC às alterações promovidas pela Lei Estadual nº. 7.792/2014.

RESOLUÇÃO Nº 028 DE 21 DE OUTUBRO DE 2014 – FRC

Aprova os valores de ressarcimento e de complementação da renda mínima em favor das serventias extrajudiciais que prestem serviços de registro civil das pessoas naturais no Estado do Pará.

RESOLUÇÕES – CONSUP

RESOLUÇÃO Nº 001/2014 – CONSUP BELÉM, DE 13 DE JUNHO DE 2014

Institui a Medalha de Mérito do Ensino Policial Civil Delegado Francisco Sales de Carvalho, condecoração da Polícia Civil do Estado do Pará, a ser concedida ao aluno(a) que tenha se destacado com real aproveitamento em 1º lugar, no Curso de Formação de Policial Civil, institucionalmente promovido pela Polícia Civil do Pará, através da Academia de Polícia Civil.

RESOLUÇÕES – CETRAN

RESOLUÇÃO Nº 01/14 - CETRAN/PA

Dispõe sobre o trânsito de veículos espécie Quadríciclo nas vias públicas do Estado do Pará.

RESOLUÇÃO Nº 02/14 - CETRAN/PA

Dispõe sobre o trânsito nas vias públicas do Estado do Pará de motocicletas, motonetas ou ciclomotores com fabricação específica para competição (MotoCross).

RESOLUÇÃO Nº 03/14 - CETRAN/PA

Dispõe sobre o Registro e o Licenciamento dos Ciclomotores no âmbito do Estado do Pará.

RESOLUÇÃO Nº 04 /14 - CETRAN/PA

Dispõe sobre a ordenação e fluidez do trânsito no município de Salinópolis-PA.

RESOLUÇÕES – CEDCA

RESOLUÇÃO Nº 008/CEDCA/2014

Dispõe sobre o Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes do Estado do Pará, e dá outras providências.

RESOLUÇÕES – CPJ

RESOLUÇÃO Nº 005/2014-CPJ

Modifica a Resolução n.º 004/2014-CPJ, de 26 de maio de 2014, que aprovou o regulamento do concurso público de ingresso na carreira do Ministério Público do Pará.

RESOLUÇÃO Nº 011 DE 16 DE OUTUBRO DE 2014- CPJ/MP

Dispõe sobre a distribuição dos feitos no âmbito das Procuradorias de Justiça e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 024, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014 - CPJ

Altera o art. 6º da Resolução nº 042/2011-CPJ, de 1º de dezembro de 2011, que dispõe sobre a concessão do auxílio-alimentação aos servidores do Ministério Público do Estado do Pará.

RESOLUÇÕES – CEAS

RESOLUÇÃO Nº 006/2014 – CEAS/PA

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação para co-financiamento do Governo Federal - Sistema Único da Assistência Social - no ano de 2014 dos recursos do Fundo Nacional de Assistência Social, a ser transferido ao Fundo Estadual de Assistência Social, apresentado no Sistema SUAS web da Secretaria Estadual de Assistência Social para co-financiamento dos serviços e gestão estadual do Sistema Único da Assistência Social no exercício 2014.

RESOLUÇÃO Nº 005/2014 – CEAS/PA

Dispõe sobre a aprovação da adesão do Estado do Pará ao Termo de Aceite proposto pela Secretaria Nacional de Assistência Social do Plano de Ação, o qual propõe responsabilidades e compromissos com vistas a orientar e acompanhar a realização das ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, no âmbito do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, no exercício 2014.

RESOLUÇÕES – COEMA

RESOLUÇÃO Nº 116-COEMA

Dispõe sobre as atividades de impacto ambiental local de competência dos Municípios.

RESOLUÇÃO Nº 117, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014 - COEMA

Aprovar Ad Referendum o anexo que estabelece a tabela de enquadramento das atividades sujeitas à cobrança de taxas pelo exercício regular do poder de polícia administrativa ambiental nas classes previstas na Lei Estadual nº 6.724, de 02 de fevereiro de 2005 que alterou a Lei Estadual nº 6.013, de 27 de dezembro de 1996.

RESOLUÇÕES – CES

RESOLUÇÃO Nº 020 - CES/PARÁ

Aprova o Plano Operativo da Política Nacional Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais no âmbito do Estado do Pará - LGBT.

RESOLUÇÕES – SECTI

RESOLUÇÃO Nº 003, DE 30 DE JULHO DE 2014 - SECTI

Institui Grupo de Trabalho para propor uma Política Pro-Desenvolvimento do Pará a partir da definição de diretrizes, critérios e regras para concessão de benefícios fiscais.

RESOLUÇÕES – IGEPREV

RESOLUÇÃO Nº 001/2014/CONSELHO FISCAL/IGEPREV, DE 09.09.2014

Aprova o Regimento Interno do Conselho Fiscal – CF.

RESOLUÇÕES – CONSUN

RESOLUÇÃO Nº 2742/14-CONSUN 17 DE SETEMBRO DE 2014

Estabelece Normas para Aceleração de Estudos Prevista no § 2º do art. 47 da Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) para Estudantes que Demonstrem Extraordinário Aproveitamento de estudos no Âmbito da Universidade do Estado do Pará.

RESOLUÇÕES – COMEN

RESOLUÇÃO Nº 016/14-COMEN

Aprovação do Regulamento dos Núcleos Regionais do COMEN.

RESOLUÇÕES – CERH

RESOLUÇÃO Nº 14 CERH-PA, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014

Estabelece a composição da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais (CTIL), Câmara Técnica do Plano Estadual de Recursos Hídricos (CTPERH) e Câmara Técnica de Capacitação e Educação Ambiental dos Recursos Hídricos (CTCEAR), para o período de 1º de outubro de 2012 a 30 de setembro de 2014.

RESOLUÇÕES – CIRT

RESOLUÇÃO Nº 011 CIRT-PA, DE 21 DE AGOSTO DE 2014.

Aprova os projetos de Expansão/Ampliação de Equipes de Saúde Bucal nas Estratégias Saúde da Família de Pacoval, Jatuarana, Santa Maria do Uruará, São Sebastião e Boa Vista do Cuçari, no município de Prainha.

RESOLUÇÃO Nº 012 DE OUTUBRO DE 2014- CIRT

Aprovar em sua reunião ordinária, a Implantação do Centro de Referência Estadual em Saúde do Trabalhador – CEREST da Região do Tapajós.

RESOLUÇÃO Nº 013 DE 10 DE OUTUBRO DE 2014- CIRT

Aprovar o projeto de Expansão do Programa de Agentes Comunitários de Saúde de Itaituba.

RESOLUÇÃO Nº 014 DE 10 DE OUTUBRO DE 2014- CIRT

Aprovar o projeto de Expansão/Ampliação de Equipe de Saúde Bucal Modalidade I, na Estratégia Saúde da Família da comunidade de Santa Júlia, no município de Novo Progresso.

RESOLUÇÃO Nº 015 DE 10 DE OUTUBRO DE 2014-CIRT

Aprovar o projeto de Implantação do CAPS I no município de Novo Progresso.

RESOLUÇÃO – SEDUC

RESOLUÇÃO Nº 001, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014 - GS/SEDUC

Institui no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do Pará - SEDUC, o Centro de Formação de Profissionais da Educação Básica do Estado do Pará - CEFOR-PA, responsável pela formação inicial e continuada dos docentes em exercício da função e da formação continuada dos demais trabalhadores da rede pública de ensino do Pará, e dá outras providências.

RESOLUÇÕES – OAB

RESOLUÇÃO Nº 13, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014 – OAB

Dispõe sobre a ampliação do Conselho Subseccional da Ordem dos Advogados do Brasil no município de Altamira.

RESOLUÇÃO Nº 14, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014 – OAB

Dispõe sobre a ampliação do Conselho Subseccional da Ordem dos Advogados do Brasil no município de Castanhal.

RESOLUÇÃO Nº 15, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014 – OAB

Dispõe sobre a ampliação do Conselho Subseccional da Ordem dos Advogados do Brasil no município de Itaituba.

RESOLUÇÃO Nº 16, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014 – OAB

Dispõe sobre a ampliação do Conselho Subseccional da Ordem dos Advogados do Brasil no município de Tucuruí.

RESOLUÇÃO Nº 17, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014 – OAB

Dispõe sobre a ampliação do Conselho Subseccional da Ordem dos Advogados do Brasil no município de Xinguaçu.

RESOLUÇÃO Nº 19, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014 – OAB

Dispõe sobre a ampliação do Conselho Subseccional da Ordem dos Advogados do Brasil no município de Redenção.

RESOLUÇÃO Nº 20, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014 – OAB

Dispõe sobre a ampliação do Conselho Subseccional da Ordem dos Advogados do Brasil no município de Marabá.

RESOLUÇÃO Nº 21, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014 – OAB

Dispõe sobre a ampliação do Conselho Subseccional da Ordem dos Advogados do Brasil no município de Ananindeua.

RESOLUÇÃO Nº 22, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014 – OAB

Dispõe sobre a ampliação do Conselho Subseccional da Ordem dos Advogados do Brasil no município de Parauapebas.

RESOLUÇÃO Nº 23, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014 – OAB

Dispõe sobre a ampliação do Conselho Subseccional da Ordem dos Advogados do Brasil no município de Santarém.

RESOLUÇÃO – CONSEP

RESOLUÇÃO Nº 248/2014 – CONSEP

Instituição da Medalha de Honra ao Mérito Pericial “Dr. Renato Chaves”.

TERMOS DE COOPERAÇÃO

TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 01/2013

TERMO DE COOPERAÇÃO MÚTUA QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, A SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO PARÁ E A PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ.

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA – ITERPA E BREU BRANCO

QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ E O MUNICÍPIO DE BREU BRANCO, COM A INTERVENIÊNCIA DA SECRETARIA ESPECIAL DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (DECRETO Nº 327, DE 20.01.2012), OBJETIVANDO A PRÁTICA DE AÇÃO CONJUNTA, COM VISTAS À DELIMITAÇÃO, DEMARCAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE ÁREAS RURAIS E URBANAS DE VILAS E POVOAÇÕES.

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA – NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 682324

Termo de cooperação que entre si celebram o Instituto de Terras do Pará – ITERPA e o município de Tailândia, com interveniência da Secretaria Especial de Estado de Infraestrutura e Logística para o Desenvolvimento Sustentável (Decreto nº 327, de 20.01.2012), objetivando a prática de ação conjunta, com vistas à delimitação, demarcação e regularização das áreas rurais e urbanas de vilas e povoações.

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-FINANCEIRA Nº 001/2014-SEGUP

Acordo de Cooperação Técnico-Financeira que celebram o estado do Pará, através da SEGUP e a Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A. – CHTP, para a implantação de ações de fortalecimento da segurança pública e defesa social no estado do Pará.

Expediente:

Coordenadora do Centro de Estudos: Iêda Fernandes

Responsáveis pelo Ementário: Iêda Fernandes e Alessandra Oliveira -
cestudos@pge.pa.gov.br

[Abrir preferencialmente no Internet Explorer.](#)